



Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Faculdade de Administração e Ciências Contábeis
Campus Universitário Praia Vermelha
Departamento de Ciências Contábeis
Curso de Bacharel em Ciências Contábeis

Fabricio Henrique Cardoso Barbosa

**Empreendedorismo e Inovação: Aderência Curricular Sob a Ótica do Corpo
Discente do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de
Janeiro**

Rio de Janeiro – RJ

2022

Fabricao Henrique Cardoso Barbosa

Empreendedorismo e Inovação: Aderência Curricular Sob a Ótica do Corpo Discente
do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte
dos requisitos necessários à obtenção do grau de
bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Maria Cecília de Carvalho Chaves

Rio de Janeiro – RJ

2022

Agradecimentos

Gostaria de agradecer primeiramente a minha família, que sempre me incentivaram a ir atrás dos meus objetivos e me deram/dão todo o suporte para isso. Aos professores com quem tive oportunidade construir meu conhecimento contábil ao longo desse período na universidade, algo que me permitiu chegar onde estou em minha vida profissional. Um agradecimento especial a professora Maria Cecília que sempre se mostrou uma pessoa que se importa com seus alunos e além de se mostrar uma professora impar como orientadora e ministrando suas aulas. E por último, um agradecimento aos amigos estão/estiveram em minha vida nessa fase universitária me apoiando nos momentos difíceis e contribuindo para a pessoa que me tornei hoje.

RESUMO

BARBOSA, Fabricio Henrique Cardoso – Empreendedorismo e Inovação: Aderência Curricular Sob a Ótica do Corpo Discente do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2022. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022.

Com a crise econômica advinda da pandemia do Covid-19, o índice de desemprego aderiu um movimento crescente fomentando o aumento da porcentagem da população que se arrisca no mundo do empreendedorismo e, junto a isso, as novas demandas do mercado sinalizando a necessidade de um profissional de contabilidade que não mais se restrinja a um mero guarda livro, mas que mostre suas competências e habilidades capazes de acompanhar tais mudanças no cenário. Dessa forma, torna-se ainda mais relevante a necessidade de que os contadores tenham em sua formação contato com a educação empreendedora, somando-se a essa circunstância os avanços tecnológicos e o novo papel que o contador têm desempenhado dentro das corporações, criam a demanda que os currículos abordem os assuntos supracitados em suas ementas. Nesse sentido, ocorreu um movimento de atualização curricular nos últimos anos em prol de abordar o empreendedorismo e inovação nos cursos de ciências contábeis. O objetivo desse trabalho foi analisar se as ementas das atividades curriculares e extracurriculares do curso de ciências contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro e abordar a aderência da grade curricular a essa nova percepção do profissional contábil assim como investigar a visão do corpo discente a respeito da ementa como um todo, e em particular, a respeito dos assuntos Empreendedorismo e Inovação.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Pandemia. Inovação. Currículo. Contabilidade

ABSTRACT

BARBOSA, Fabricio Henrique Cardoso – Entrepreneurship and Innovation: Curriculum Adherence From the Perspective of the Student Body of the Accounting Sciences Course at the Federal University of Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2022. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022.

With the economic crisis arising from the Covid-19 pandemic, the unemployment rate joined a growing movement encouraging the increase in the percentage of the population that takes risks in the world of entrepreneurship, and along with that, the new demands of the market signaling the need for an accounting professional that is no longer restricted to a mere bookkeeper, but that shows their skills and abilities capable of accompanying such changes in the scenario. In this way, the need for accountants to have contact with entrepreneurial education in their training becomes even more relevant, adding to this circumstance the technological advances and the new role that the accountant has played within corporations, create the demand that the curricula address the subjects mentioned above in their menus. In this sense, there has been a movement to update the curriculum in recent years in order to address entrepreneurship and innovation in accounting science courses. The objective of this work was to analyze whether the syllabus of curricular and extracurricular activities of the accounting sciences course at the Federal University of Rio de Janeiro and to address the adherence of the curriculum to this new perception of the accounting professional as well as to investigate the view of the student body about of the menu as a whole, and in particular, on the subjects Entrepreneurship and Innovation.

Keywords: Entrepreneurship. Pandemic. Innovation. Curriculum. Accounting

Lista de ilustrações

Figura 1. Modelo tripla hélice.....	24
Figura 2. Modelo de avaliação de Tyler.....	38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Faixa etária da amostra.....	16
Gráfico 2. Percentual do curso finalizado.....	22

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Notícias de dispensas no mundo durante a pandemia.....	16
Quadro 2. Empregos divididos por setor.....	18
Quadro 3. Responsabilidade de cada ator da hélice tríplice.....	26
Quadro 4. Iniciativas contemporâneas para implementação da hélice tríplice no Brasil.....	27
Quadro 5. História do ensino do empreendedorismo no Brasil.....	30
Quadro 6. O modelo da aprendizagem ao longo da vida.....	33
Quadro 7. Habilidades necessárias ao empreendedorismo.....	34
Quadro 8. Assuntos a serem abordados na criação do Currículo de Ciências Contábeis.....	43
Quadro 9. Currículo definido pelo ISAR.....	45
Quadro 10. Componentes e dimensões do CPC.....	50
Quadro 11. Componentes do IGC.....	50
Quadro 12. Grade curricular do curso de Ciências Contábeis.....	51
Quadro 13. Disciplinas não obrigatórias da grade curricular do curso de Ciências Contábeis.....	56

LISTA DE QUADROS

Tabela 1. Aspectos substanciais de um currículo por Goodlad.....	40
Tabela 2. International Education Standards modificadas pelo IAESB...	47
Tabela 3. Índices da UFRJ.....	51

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
1.1. Desemprego e Empreendedorismo.....	14
1.2. Inovação e empreendedorismo.....	19
1.3. Hélice Tríplice.....	23
1.4. Educação empreendedora e Inovação em Contabilidade.....	24
1.5. Planejamento curricular em Ciências Contábeis e suas propostas.....	37
2. METODOLOGIA.....	48
3. TIPO DE PESQUISA.....	48
3.1. Análise da Grade Curricular.....	48
3.2. Análise da Entrevista com Corpo Discente.....	61
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS.....	70

INTRODUÇÃO

O cenário socioeconômico mundial sofreu grandes mudanças nos últimos anos devido a intensificação da globalização. Contudo, com o estabelecimento da pandemia do vírus Covid-19, essas mudanças sofreram uma modificação de percurso. Segundo a matéria divulgada pela BBC News em março de 2020: “Economia global vai sofrer anos até se recuperar do impacto da pandemia”. (GURRÍA, 2020)

Diante desse panorama, um dos assuntos que mais promoveu discussão foi referente ao dilema “economia x saúde”, onde de um lado defendia-se um *freeze* na sociedade como um todo, a fim de impedir a propagação do vírus e reduzir o número de infectados/mortos, enquanto, do outro lado, havia uma preocupação referente a crescente recessão econômica em que o país se apresentava em função do estabelecimento do *Lockdown* e o tamanho que esta recessão poderia assumir ao manter-se economia improdutiva. Paralelamente surgiu o desafio de controlar das finanças pessoais, dado o panorama de crescente desemprego e o histórico-cultural de alto endividamento estabelecido por famílias no país.

Segundo Schumpeter (1957) a inovação, e por consequência, o empreendedorismo, ocorre da seguinte maneira: 1) novos métodos de produção; 2) novos produtos ou serviços; 3) abertura de novos mercados; 4) nova fonte de matérias-primas; 5) introdução de uma nova organização ou gestão de processo. Contudo, diante do cenário de recessão econômica e desemprego, a alternativa encontrada por alguns no objetivo de manter o sustento de suas casas, foi aventurar-se no mundo do empreendedorismo, mesmo que as condições atuais não sejam as mais atrativas visto que não há incentivos e o dólar encontra-se supervalorizado perante nossa moeda.

De acordo com o cenário que se desenhou, surgiu a necessidade de desenvolvimento de profissionais capazes de atender esse mercado de empreendedores que se tornou cada vez mais presente, em paralelo, a possibilidade desses próprios profissionais se tornarem os empreendedores do mercado. Sendo assim, as instituições de ensino superior possuem o desafio de preparar seus alunos para alcançar as competências e habilidades necessárias para acompanhar essas constantes mudanças. Neste sentido, precisam atualizar seu planejamento curricular para atender essas demandas.

Os cursos de graduação têm um papel importante na sociedade, têm a missão de gerar profissionais capazes de solucionar problemas que gerem valor coletivo, pois ao empreender, o homem modifica a realidade em que vive para, além da sua autorrealização, ser capaz de oferecer valores para a sociedade como um todo (MINTZBERG, 2006).

Segundo esta ótica, Marion (2005) ressalta que a profissão contábil tem passado por um momento de transição em função da substituição da fase mecânica pela técnica e maior acesso e compartilhamento de informações em tempo mais hábil para a tomada de decisões, em especial no ambiente organizacional. O mercado atual, com o expressivo avanço da tecnologia, promoveu uma mecanização da mão de obra e não mais se justifica a figura do contador como o escriturador ou guarda-livros, pois essas funções podem e têm sido supridas por computadores dentro das grandes corporações. Dessa forma, o profissional contábil deve estar em constante evolução, apresentando atributos importantes para o exercício da profissão acompanhando o avanço da tecnologia. Por conseguinte, surge uma necessidade de atualização na metodologia de ensino para que os profissionais que irão iniciar no mercado de trabalho estejam aptos a lidar com as inovações tecnológicas e tenham uma vivência com esses aspectos desde o ensino superior.

Assim, seja pelo novo paradigma do papel do contador, sejam pelas mudanças tecnológicas ou pela crise econômica agravada pela pandemia, cada vez mais se observa uma demanda por conhecimentos da área de empreendedorismo dentro das universidades brasileiras e nos perguntamos se os cursos de Ciências Contábeis estão oferecendo ementas adequadas no que se refere a educação empreendedora e inovação e junto a isso, incentivando os recém-formados a conhecer um caminho diferente da prestação de serviços e tenham possibilidade de ingressar no mercado por outra via e consigam atuar de maneira autônoma no período de desemprego.

Objetivos Gerais e Específicos

Este trabalho tem como objetivo geral analisar a demanda por parte do corpo discente a temática educação empreendedora e a maneira como é abordado nas atividades curriculares e extracurriculares dos cursos de Ciências Contábeis na universidade Federal do Rio de Janeiro. Em específico, esse trabalho busca responder as seguintes perguntas:

- Há indícios de que o curso está aderindo essas temáticas em seus currículos?
- Qual a percepção do corpo discente a respeito do currículo da UFRJ?
- Por quais mudanças o currículo da Universidade deveria passar na visão de seus alunos?

Organização do Trabalho

O presente estudo foi dividido em 4 partes. Inicialmente, será apresentado o referencial teórico, trazendo a visão de autores renomados para os seguintes temas: desemprego e empreendedorismo, inovação e empreendedorismo, universidade empreendedora, educação empreendedora, empreendedorismo e inovação em contabilidade, planejamento curricular no Brasil e propostas curriculares para o curso de Ciências Contábeis. Em seguida, será descrita a parte metodológica utilizada, o segundo capítulo será subdividido em dois subcapítulos. O primeiro apresentará a metodologia utilizada, se baseando em uma análise documental da grade curricular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, já o segundo, trará visão do corpo discente a respeito da mesma. Na terceira parte, traremos a análise e discussão dos resultados. E por último, o quarto capítulo constará nossas considerações finais do estudo.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

Com o objetivo de fundamentar a temática proposta, será realizada uma análise documental por meio da leitura de artigos e textos de teóricos referência nos seguintes assuntos: o conceito de desemprego e empreendedorismo, inovação e empreendedorismo, hélice tríplice, educação empreendedora e inovação em

contabilidade. Posteriormente, serão apresentadas noções sobre a grade curricular e o planejamento da mesma nas instituições de ensino no Brasil no ponto de vista de alguns autores renomados quando o assunto é educação.

1.1. Desemprego e Empreendedorismo

Em uma primeira análise, Reinert (2001) traz uma diferenciação entre trabalho e emprego. O autor conceitua trabalho como uma atividade necessária ao progresso tanto material como ético da sociedade, sendo ela inerente à condição humana e sem distinção do modelo produtivo utilizado. Por outro lado, para o autor, emprego seria algo intrínseco ao capitalismo, sendo um “contrato” estabelecido de forma legal entre o trabalhador e um modo de produção capitalista que o agrada, visto que o trabalhador é livre para escolher qual empresa ele efetivará seus vínculos.

Por outro lado, Reinert (2001) também traz o contraponto do emprego, o desemprego, sendo definido como a falta de possibilidade de exercer métodos de trabalho assalariado dentro de organizações. Paralelo a isso, Garraty (1978) define desemprego como:

"A condição da pessoa sem algum meio aceitável de ganhar a vida e os desempregados são pessoas capazes de trabalhar para satisfazer suas necessidades, mas ociosas, independentemente de sua boa vontade para trabalhar ou não que elas possam fazer para atender as necessidades da sociedade." (GARRATY, 1978, p.10)."

Diante dessa problemática, Heider (1958) busca justificativas para o desemprego e estabelece que essas causas podem ser intrínsecas ao ser humano, como sua personalidade e humor, assim como o ambiente em que essa pessoa está inserida, fatores sociais e econômicos. Em seus estudos, Paul Singer (1999) traz um debate entre intervencionistas e liberais sobre o desemprego. De acordo com o autor, os liberais levam em consideração aspectos como a baixa qualificação profissional da mão de obra, motivado pela ineficiência do ensino das escolas de ensino médio e superior e como consequência, a formação de profissionais despreparados para o mercado de trabalho. Com o constante avanço das inovações tecnológicas, promoveu uma aceleração do processo de substituição de mão de obra dentro das empresas devido a maior eficiência e um aumento da produtividade, trazendo o aumento do

faturamento e um menor custo a médio/longo prazo devido a redução do número de funcionários necessários para a empresa funcionar.

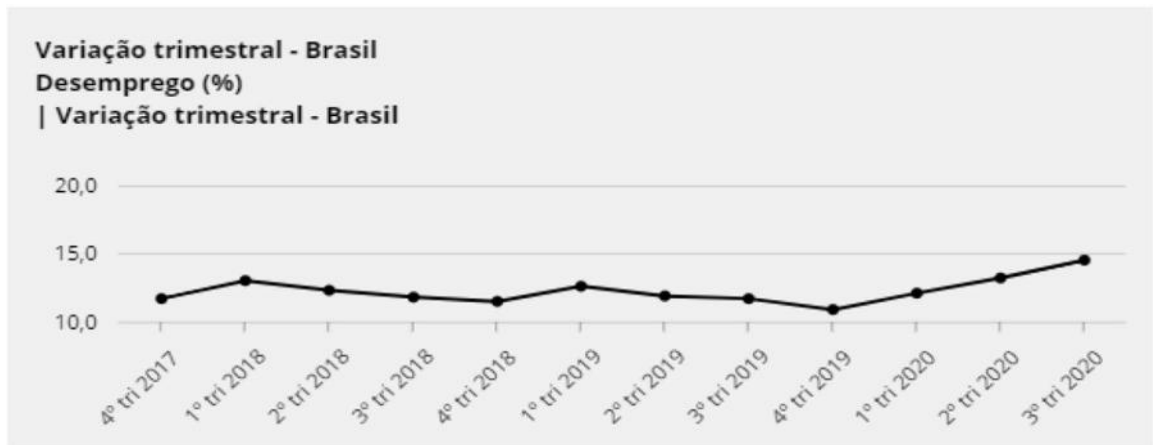
Por outro lado, Paul Singer (1999) cita que para os intervencionistas, houve um aumento do número de mão de obra disponível qualificada (inclusive no que diz respeito a pessoas com ensino superior), mas o mercado de trabalho não teve capacidade de absorção, mas além desse aspecto, o avanço da tecnologia, como já citado anteriormente, seria responsável pelo aumento do faturamento dentro das empresas e conseqüentemente permitiria o investimento em atividades paralelas e com isso, a possibilidade de novas vagas de emprego.

Nessa perspectiva, é possível notar que o desemprego é um dilema presente no Brasil desde o século passado e desde então, são pesquisados fatores que possam contribuir para o aumento como os relatados por Montagner:

“Parece possível identificar três determinantes dessa ampliação do desemprego no período recente. O primeiro seria o ajuste das empresas às variações no nível de atividade econômica que, devido a acentuada flexibilidade caracteriza as relações de trabalho vigente no Brasil, tende a incidir, principalmente sobre o nível de emprego. Este comportamento foi particularmente importante para a mudança do patamar de desemprego durante a recessão de 1990/1992, com a reação à política de contenção de demanda então adotada. Um segundo elemento causador do aumento do desemprego seria a adoção, pelas empresas, de processos de reestruturação produtiva e organizacional, como mecanismo para enfrentar a recessão no início da década e ampliar a capacidade competitiva frente ao maior grau de abertura da economia. “O terceiro fator seria o movimento de ampliação da taxa de participação de alguns segmentos populacionais, mais especificamente as mulheres e cônjuges” (MONTAGNER, 1998, p. 36).”

Contudo, esse índice continua em crescimento (Gráfico 1), principalmente com o cenário que se desenhou nos últimos meses devido ao surgimento do covid-19, algo que pode ser explicado pela queda gradativa na demanda de produtos e serviços durante esse período de quarentena (Quadro 1), tanto por medidas protecionistas governamentais a fim de evitar a circulação da população nas ruas e junto a isso, a própria repulsão da população ao contato físico por conta do medo de contrair o vírus.

Gráfico 1:



Fonte: IBGE (2020)

Quadro 1:

Data	Notícia
26/03/2020	Hotéis, Bares e Restaurantes Demitiram 4 mil do Distrito Federal
01/04/2020	Empresas de transportes demitem 145 no Rio Grande do Norte
01/04/2020	Empresa parceira da CVC (Porto Seguro/BA) fecha e demite os funcionários
02/04/2020	Fábrica de calçados democrata demite mais de mil funcionários no Ceará
03/04/2020	Associação de restaurantes diz que setor já demitiu em torno de 800 mil no país
03/04/2020	Gympass demite funcionários em meio à pandemia de coronavirus
04/04/2020	Hotéis demitiram 4 mil funcionários em Recife

Fonte: Adaptado de Costa (2020)

Como veiculado na mídia nacional, a crise brasileira no ano de 2015, causada pelas incertezas políticas e econômicas trouxe à tona manchetes dramáticas como “O massacre do trabalho: aumento do número de desempregados é violento e rápido como não se via desde 2003” (Mercado, *Folha de S. Paulo*, 23/10/2015). No segundo semestre de 2015, as mídias trazem uma nova vertente para o empreendedorismo, o chamado “*Freelancer*”, que seria um profissional sem vínculo empregatício e que realiza trabalhos conforme surge demanda. Nessa perspectiva, diante da crise apresentada, alguns autores consideram que em paralelo com essa crise na economia, configurou-se uma crise no mercado de trabalho, principalmente no que se refere ao modelo de trabalho formal e assalariado. A definição para mercado de

trabalho segundo Marras (2001) seria um cenário onde são estabelecidas a lei da oferta e paralelamente a isso a procura por mão de obra, ou seja, empresas que buscam profissionais qualificados para preencher as vagas e realizar as tarefas e no outro extremo estão esses prestadores de serviço e a sua mão de obra para oferecer seus serviços a essas empresas.

De acordo com o que foi mencionado anteriormente, a crise econômica decorrente do coronavírus vem debilitando diversos pontos de serviços no país e no resto do mundo. Dado o cenário que se formou, ações políticas públicas voltadas para criação de empregos e transferência de renda, buscando proteger a parte da população que vivem em condições precárias e atuam no setor informal, se tornam necessárias enquanto as atividades estiverem paralisadas. Entretanto, no longo prazo, o Brasil irá precisar de uma política de desenvolvimento que envolva a redução gradativa da austeridade fiscal e o aumento dos investimentos em programas sociais já existentes, no sentido de proteger esses milhões de trabalhadores que vivem na informalidade, sendo esses trabalhadores representantes da parcela da população que reside em comunidades ou assentamentos precários, sem considerar a parcela da população que é moradora de rua.

De acordo com Mendes (2017), os avanços tecnológicos somado as incertezas do cenário econômico e a variação comportamental dos consumidores são os fatores responsáveis por viabilizar o surgimento de novas empresas/produtos/serviços. Paralelo a isso, o autor traz o conceito de empreendedorismo como a capacidade de gerar valor a um produto ou serviço seja ele já criado/ em uso ou algo inédito.

No ponto de vista de Kim & Kang (2014), o empreendedorismo, seja ele de qualquer escala, é um fator crucial para o desenvolvimento social, ou seja, auxilia na redução da miséria e no crescimento econômico. Nesse aspecto, torna-se importante denominar quem é o empreendedor, ou usualmente chamado de microempreendedor individual ou MEI, que segundo informações do Sebrae (2019), é qualquer pessoa que toma a decisão de trabalhar de forma autônoma, e dentro disso, possui toda a documentação de registro como “empresário” e atua exercendo diversas modalidades de serviços propriamente ditos ou na comercialização de produtos.

Nessa perspectiva, o empreendedorismo pode ser engajado na formalidade ou na informalidade. De acordo com Targino e Vasconcelos (2015) o setor formal é aquele que é formado por um contrato entre empregador e empregado, seja ele formalizado por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou por meio do

Estatuto do Servidor Público. Por outro lado, temos o denominado setor informal, que pode ser considerado um empreendedorismo por necessidade, e como consequência, gera um retardamento para o desenvolvimento econômico social fazendo com que a atividade informal cresça, visto que não há qualquer estudo ou preparo desses empresários para se instalarem no mercado (NASSIF; GHOBIL; AMARAL, 2009). que retrata qualquer pessoa que desempenhe alguma atividade empregatícia, mas que são privados da proteção e condições de trabalho estabelecida por CLT (Quadro 2).

Quadro 2:

Setor Formal	Setor Informal
Empregados com carteira	Empregados sem carteira
Militares	Trabalhadores domésticos sem carteira
Funcionários públicos estatutários	Trabalhadores na produção para o próprio consumo
Trabalhadores domésticos com carteira	Trabalhadores na construção para o próprio uso
Empregadores com 6 ou mais empregados	Conta própria

Fonte: Adaptado de Targino e Vasconcelos (2015)

Retomando o foco para o empreendedor formal, ou normalmente descrito como microempreendedor, essa classe teve sua origem em 2008 com a Lei nº 128, que buscava justamente reduzir o número de trabalhadores na informalidade e que desempenhavam suas funções sem nenhum auxílio jurídico-legal. Além dos benefícios gerados para o trabalhador, a partir da formalização desses empreendedores, o Sebrae ressalta que a arrecadação de impostos ocorre por meio do simples nacional, senso assim, Microempreendedor individual é uma categoria isenta de impostos federais como PIS, COFINS e IPI.

Paralelo a esses aspectos, um fator crucial a ser considerado para o sucesso de um empreendimento será o controle daquilo que se ganha e do que se gasta para o equilíbrio financeiro ser alcançado. Nessa perspectiva, Cerbassi (2004) afirma que a riqueza não depende do que se ganha, mas sim da forma como se gasta, sendo assim, mesmo com uma renda baixa seria possível construir um padrão de vida confortável, e de forma consciente e inteligente manter esse padrão no futuro.

Ainda segundo Targino e Vasconcelos (2015), investir é o caminho da garantia ou melhora do futuro em relação ao que se construiu até hoje. Ao falar de investimento

o autor é enfático em dizer que as decisões nessa área devem ser embasadas no conhecimento sobre o assunto, ou seja, que o investidor deve tomar suas decisões mediante o conhecimento sobre o tipo da aplicação escolhida, os riscos que ela oferece, situações que geram ganhos e perdas e principalmente as alternativas mais rentáveis do mercado.

1.2. Inovação e empreendedorismo

Como abordado no item 2.1, o avanço da tecnologia é um dos responsáveis pelo aumento do faturamento das empresas decorrente principalmente do aumento da produtividade. De acordo com Schumpeter (1943), a inovação é responsável por conduzir o desenvolvimento de um país através da obsolescência e substituição de tecnologias, processo o qual ele nomeou de “destruição criadora”. Anteriormente, Schumpeter (1939) já havia relacionado a diferença entre inovação e invenção, sendo a primeira a responsável por trazer lucro dentro das corporações em que são implementadas. Nessa perspectiva, o crescimento econômico, como a vivência mundial tem demonstrado que é fundamentada pela tríade de Ciência, Tecnologia e Inovação (BRASIL, 2002).

Seguindo o pensamento de Schumpeter, Rocha Neto (2004?) traz uma visão de que inovação significaria uma exploração bem-sucedida de ideias, ou seja, uma tentativa de desenvolvimento de produtos e processos inéditos a fim de se diferenciar dentro de um mercado competitivo e adicionar valor através do lançamento desses ao mercado competitivo:

[...] envolve a apropriação de ideias materializadas em invenções ou em descobertas de coisas novas existentes na natureza. Elas se realizam sob a forma de novos produtos no mercado, ou utilização de novos processos de produção ou gestão. Podem modificar de forma drástica a base de conhecimentos utilizados na produção (inovação radical), ou são realizadas por meio de aperfeiçoamentos adotados na prática diária ou introdução de mudanças recomendadas pela experiência (inovação incremental). Assim, envolve um largo espectro de possibilidades, desde os mais simples aperfeiçoamentos de produtos ou processos, até as mais sofisticadas aplicações do conhecimento técnico/científico. (ROCHA NETO, 2004).

Diante desse panorama, Smith (1983) constatou que as empresas, visando o desenvolvimento no mercado competitivo, buscaram implementar a metodologia de divisão do trabalho, buscando trazer a especialização de sua mão de obra e

implementação de tecnologias em seus processos produtivos, dois fatores considerados essenciais para manter a sobrevivência dos empreendimentos ao longo do tempo.

Em sua pesquisa, Smith (1983) identificou que o ser humano sempre buscou o desenvolvimento de novas tecnologias a fim de melhor o seu processo produtivo e superar outros trabalhadores. Ademais, Antunes (2003) aponta que com o surgimento de inovações e com sua inserção ao mercado, gera um movimento de redução de empregos, por conta da automatização da linha de produção, resultando em uma produção contínua e eficaz e trazendo apenas a necessidade de um trabalhador qualificado para realizar o manuseio e manutenção desses equipamentos, deixando a necessidade de um grande volume de funcionários para o funcionamento de uma empresa.

O empreendedorismo é definido como um processo que busca enxergar oportunidades para criar coisas novas, seja criar um mercado novo ou diferenciar no processo produtivo por meio de novos insumos ou métodos de produção. (BARON; SHANE, 2007). Já na visão de Gartner (1985), o empreendedorismo é representado o por meio de quatro dimensões, as quais determinam a criação de novos negócios, sendo elas: o indivíduo, o processo, a organização e o ambiente. Entretanto, o empreendedorismo não busca apenas criar negócios, mas também estudar o possível aparecimento de novos mercados.

Para Longenecker et al. (2007), para um cidadão ser considerado um empreendedor, ele deve ser um observador das necessidades do mercado e paralelamente, assumir os riscos impostos e promover a abertura de um novo negócio. Diante desse processo, os empreendedores buscam estimular esse setor e promover inovações para o mercado e através delas, criar valor e contribuir para desenvolvimento desse novo setor.

Diante das necessidades do mercado, Peter Drucker (2005) diz que “a oportunidade é a fonte da inovação”, ou seja, as necessidades que surgem são oportunidades inovadoras para o empreendedor. Nesse sentido, o termo inovação é comumente citado como sinônimo de invenção, entretanto, para Robert (1995), a invenção seria algo associado a descoberta de tecnologias, enquanto a inovação pode se levar em conta tanto o desenvolvimento de um novo produto ou um novo processo que será implementado para criar um novo e significativo valor para a sociedade.

Empreendedorismo e inovação, além de caminharem lado a lado, são de extremamente importantes para o desenvolvimento de uma região, entretanto, é necessário que haja fatores externos favoráveis, ou seja, um panorama que favoreça à inovação. Para Llorens (2001), há uma necessidade de criação desses panoramas favoráveis através de agentes sociais públicos e privados para que os próprios gerem essa facilidade para o desenvolvimento econômico. Esse autor apresenta um Sistema Nacional de Inovação, que representa um conjunto de elementos de um país que realizam papéis específicos referente aos processos de armazenamento, transmissão e produção dos conhecimentos necessários para inovação.

Quando se trata dessas “regiões promotoras de inovação e empreendedorismo”, o Decreto nº 9283 de 2018 regulamenta de forma legal esses ambientes que são característicos de economias baseadas no conhecimento e desempenham a função de articuladores entre o setor privado (empresas), as instituições governamentais, organizações sociais e instituições tecnológicas, científicas e de Inovação.

Nessa perspectiva, essas regiões podem ser divididas em duas:

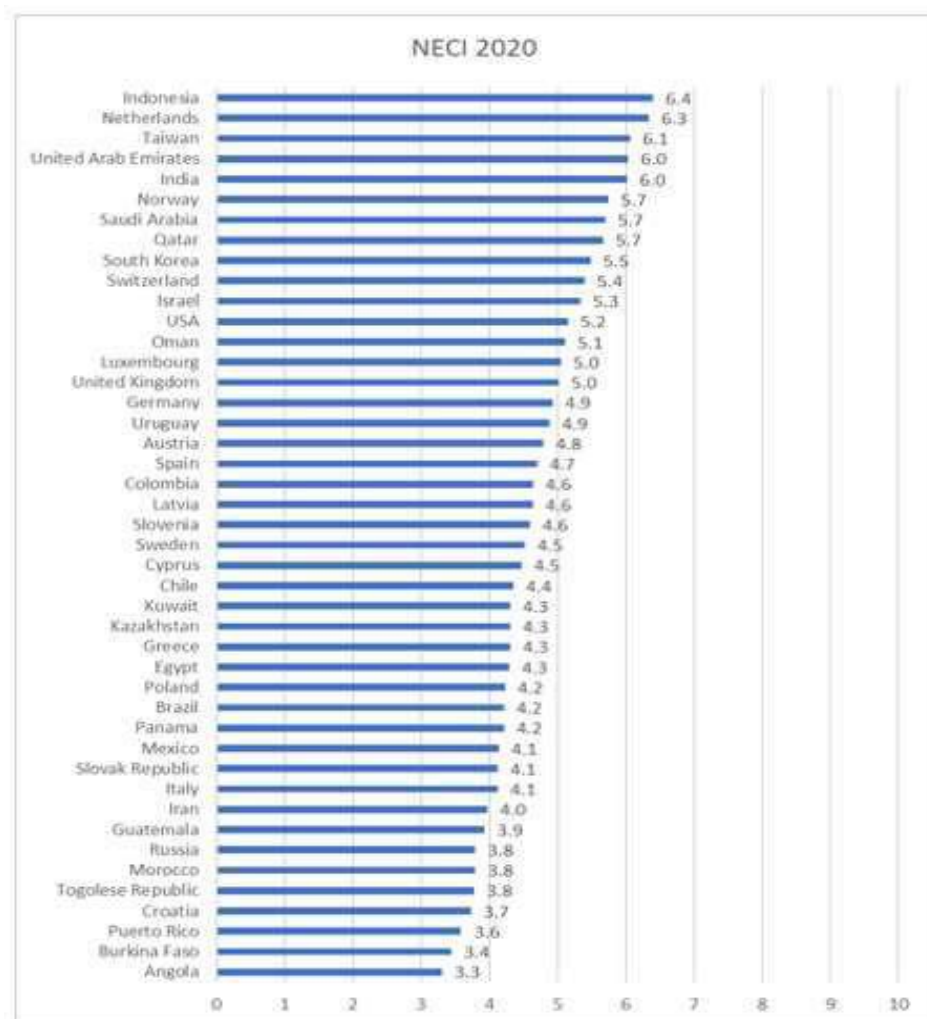
- “a) ecossistemas de inovação - espaços que agregam infraestrutura e arranjos institucionais e culturais, que atraem empreendedores e recursos financeiros, constituem lugares que potencializam o desenvolvimento da sociedade do conhecimento e compreendem, entre outros, parques científicos e tecnológicos, cidades inteligentes, distritos de inovação e polos tecnológicos; e
- b) mecanismos de geração de empreendimentos - mecanismos promotores de empreendimentos inovadores e de apoio ao desenvolvimento de empresas nascentes de base tecnológica, que envolvem negócios inovadores, baseados em diferenciais tecnológicos e buscam a solução de problemas ou desafios sociais e ambientais, oferecem suporte para transformar ideias em empreendimentos de sucesso, e compreendem, entre outros, incubadoras de empresas, aceleradoras de negócios, espaços abertos de trabalho cooperativo e laboratórios abertos de prototipagem de produtos e processos.”(BRASIL, 2018, Art. 2º, II)

O *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) é um estudo que promove uma avaliação anual referente ao grau de atividade empreendedora em nível mundial e cria um perfil para cada país selecionado. Diante disso, o GEM argumenta que a inovação é essencial para o desenvolvimento econômico de uma nação e explicam que:

a inovação é o motor da competitividade e do desenvolvimento das nações. Inovar em produtos e serviços, inovar em processos, inovar em tecnologias de gestão e em modelos de negócios é a palavra de ordem para estabelecerem diferenciais competitivos que permitam enfrentar o avanço da concorrência nos mercados nacional e internacional. (GEM, 2007).

Nessa perspectiva, em estudos mais recentes, o Brasil foi alocado na posição 31 de 43 no que diz respeito ao nível de empreendedorismo dentro do país. (Gráfico 2)

Gráfico 2: National Entrepreneurship Context Index



Fonte: GEM Global Report (2020)

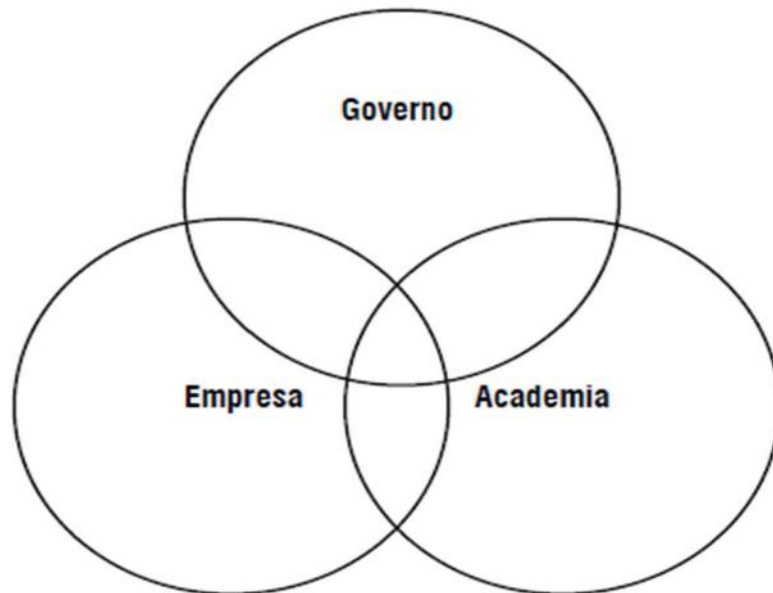
Países que apresentam boas condições para o empreendedorismo, normalmente apresentam regiões com um grande avanço tecnológico e inovação, sendo elas desenvolvidas próximas a institutos de pesquisas e universidades com o incentivo de seus governantes. O conhecimento tecnológico gerado nessas

instituições é voltado para atender as demandas criadas dentro da região em que estão localizadas. Para Etzkowitz (2013) uma universidade que traz o empreendedorismo como temática para seu corpo discente, é capaz de criar e transferir conhecimento e de gerar um crescimento econômico para o local.

1.3. Hélice Tríplice

Como citado no item 2.2, o desenvolvimento de uma população baseado no conhecimento é uma das engrenagens para o crescimento econômico. Nesse sentido, Etzkowitz e Klofsten (1990) trazem o conceito de Hélice Tríplice (Figura 1) que consiste na interação entre os três principais fatores responsáveis pelo Sistema de Inovação (universidade, governo e empresa). A interação entre esses três fatores possui o objetivo de divulgar a cultura do empreendedorismo dentro dessas universidades e como consequência dessa união, ocorre a propagação da educação financeiro empreendedora e da inovação, gerando o desenvolvimento econômico e social por meio do da pesquisa:

“A hélice tríplice é um conceito fundamental, cuja metáfora representa um mecanismo de interação, que permite aos autores: universidade, empresa e governo, criarem sinergia entre eles e entre os demais atores sociais de uma rede de desenvolvimento. Esta rede, localizada em um sistema de inovação, promove o progresso por meio da atitude empreendedora, da modernização tecnológica e consequentemente, da inovação.” (TERRA, 2007, p.8).

Figura 1: Modelo Tripla Hélice

Fonte: Morosini, 2011, p.267

A Hélice Tríplice tem traços institucionais da análise clássica de Georg Simmel (1950), onde a empresa, a universidade e o governo funcionam como “*tertius Gaudens*”¹, incentivando a inovação. A interação entre esses três fatores, universidades, empresa e governo, possuem como objetivo de divulgar a cultura do empreendedorismo dentro dessas universidades.

Etzkowitz e Zhou (2017) definem que a universidade empreendedora seria o resultado da cooperação dos atores da Hélice Tríplice, a qual seria responsável pelo crescimento econômico da região em que se localiza por meio do desenvolvimento de tecnologias produzidas em laboratório por parceria do corpo discente e docente e partir desse conhecimento, permitir que esse envolvidos desempenhem funções dentro de Empresas de Base Tecnológica (EBT) recém surgidas.

Sob esse prisma, o conceito de Schumpeter (1961) de empreendedorismo é veementemente vinculado com o conceito de Universidade Empreendedora, visto que essas instituições de ensino se tornam um local onde a apoio para estudantes capazes de

¹ Refere-se a uma situação em que uma terceira parte tira proveito de um conflito entre outras duas. (NT)

criar inovações que serão capazes de promover mudanças fundamentais para o desenvolvimento da economia do país.

Em complemento ao ponto supracitado, o surgimento de Empresas de Base Tecnológica pode ser explicitado pelo Vale do Silício na Califórnia, local que, devido as interações entre universidade, empresa e governo, se tornou uma referência mundial no que tange desenvolvimento tecnológico. O local se tornou propício ao surgimento de indústrias e atividades comerciais, as quais se aproveitaram das inovações para se desenvolver e trazer novos produtos ao mercado mundial. Ademais, na visão de Cunha (2000), esses centros de inovação tecnológica, além de serem mediadores na relação universidade/empresa no que se refere a estabelecer contato com empresários interessados em financiar esses projetos, eles são locais propícios ao desenvolvimento dessas pesquisas, logo se tornando uma possibilidade de muitos pesquisadores implementarem seus projetos com um *feedback* quase que instantâneo feito pela sociedade.

Nesse pensamento, de acordo com Etzkowitz (2008), a Hélice Tríplice reitera a importância da função do governo e das universidades no processo de inovação:

“A inovação assume um novo significado à medida que as espirais da tripla hélice se entrelaçam. Mesmo em seu sentido original de desenvolvimento de produto, a inovação não é mais apenas um campo especial da indústria. Instituições produtoras de conhecimento tornaram-se mais importantes para a inovação à medida que o conhecimento se torna um elemento cada vez mais significativo no desenvolvimento de novos produtos. Essa expansão do conceito de inovação faz com que universidade e governo sejam atores significativos no processo de inovação, de forma colaborativa bem como individualmente” (ETZKOWITZ, 2008, p.23, tradução por Barreto).²

Essa relação da Hélice Tríplice pode apresentar forte relação com o que chamamos de Parceria Público-Privada, que na visão de Pasin e Borges (2003), teve origem na Inglaterra em virtude das dificuldades do governo em adquirir investimentos de forma que não comprometesse os recursos públicos que eram escassos nesse período. Para Alvarenga (2005), a Parceria Público-Privada pode ser representada por uma relação em que a iniciativa privada é a responsável pela parte financeira

² O texto em língua estrangeira é: “Innovation takes on a new meaning as the spirals of the triple helix intertwine. Even in its original sense of product development, innovation is no longer only the special province of industry. Knowledge-producing institutions have become more important to innovation as knowledge becomes an increasingly significant element in new product development. This expansion of the concept of innovation makes university and government significant actors in the innovation process, collaboratively as well as individually.”

necessária aos investimentos primários do projeto de pesquisa como a parte da infraestrutura e despesas de operação, enquanto ao governo é responsável pelo pagamento dos serviços em proporção ao desempenho da empresa parceira. No cenário nacional, esse sistema de parceria Público-Privada foi implementado pela Lei Federal Nº 11.079/04 onde é estabelecido por meio de legislação, normas gerais para essa forma de relação entre os setores públicos e privados.

Nesse sentido, assim como na parceria Público-Privada, no modelo de Hélice Tríplice, cada ator possui suas responsabilidades. Na visão de Pereira Neto, Galindo e Cruz (2004), a função da universidade é promover o desenvolvimento econômico e social por meio da criação de centros organizacionais que favorecem o surgimento de novos laboratórios onde irão surgir patentes projetos através da interação com o setor produtivo. Abdalla, Calvosa e Batista (2009) determinam quais são as responsabilidades (Quadro 3) de cada ator da Tríplice Hélice.

Quadro 3 – Responsabilidades de cada ator da Hélice Tríplice

Ator	Responsabilidades	Limitações
Governo	1. Promover o desenvolvimento econômico e social através de novas estruturas organizacionais; 2. Possuir planos políticos com metas governamentais claras voltadas para inovação e conhecimento; 3. Interagir entre as diversas esferas políticas; 4. Promover benefícios à população.	5. Burocratização excessiva e falta de flexibilização para implementação de projetos em parceria; 6. Necessidade de gerenciamento público profissional e participativo.
Iniciativa Privada	1. Desenvolver de produtos e serviços inovadores; 2. Promover a interação com os centros de transferência de tecnologia da comunidade científica. 3. Liderar os processos de mudança	4. Pouca capacidade de investimentos em Inovação e desenvolvimento de tecnologias; 5. Despreparo acadêmico e tecnológico para a condução de pesquisas.
Universidade	1. Criar fontes de novos conhecimentos e tecnologias; 1. Estabelecer relações com as empresas e os governos; 2. Criar novas áreas de atuação; 3. Liderar os processos de mudança.	4. Dependência de órgãos de fomento para realização de pesquisas; 5. Visão míope de capacitação profissional e formação de mão de obra; 6. Vínculos fracos com a sociedade e com a iniciativa privada.

Fonte: Abdalla, Calvosa e Batista, 2009

Como visto anteriormente, o baixo investimento em inovação, a burocratização excessiva e os vínculos fracos entre a sociedade e a iniciativa privada são limitações

para a Hélice Tríplice. Dessa forma, o Brasil é uma nação que apresenta um grande potencial para o desenvolvimento de inovações, entretanto, encontra obstáculos como os citados acima (assim, apesar do Brasil ser um país que ... tem enfrentado...). A troca de conhecimentos, principalmente entre as universidades e as empresas ocorre de maneira pouco efetiva, sendo assim, o governo e as próprias universidades vêm buscando medidas de promover o aumento desse fluxo. Dentro dessas iniciativas, Paula et al (2008) destaca a criação de instituições para gerirem os contratos com empresas do setor privado, parques tecnológicos e Escritórios de Transferência de Tecnologia (ETTs). Em nível nacional, Abdalla, Calvosa e Batista (2009), observam algumas iniciativas contemporâneas para a implementação da Hélice Tríplice no Brasil (Quadro 4).

Quadro 4 – Iniciativas contemporâneas para a implementação da Hélice Tríplice no Brasil

Tipo	Definição
Fundações nas Universidades para gestão de contratos com empresas	Entidades ligadas às universidades que foram criadas para suprir às amarras da burocracia que dificultavam o trabalho dos pesquisadores, no tocante a necessidade de autonomia para contratação de empresas para realização de serviços terceirizados.
Incubadoras de Empresas	Ambiente planejado e protegido, propício para o desenvolvimento de micro e pequenas empresas interessadas em investir em novos projetos. É também uma forma de se diminuir o índice de mortalidade das micro e pequenas empresas.
Parques Tecnológicos	Áreas geralmente ligadas a um centro de ensino ou pesquisa, com infraestrutura necessária para instalação de empresas produtivas baseadas em pesquisa e desenvolvimento tecnológico.
Tecnopólis	Um conjunto de ações estratégicas que visa à transformação de uma determinada região ou cidade em um pólo de inovação tecnológica de um determinado segmento.
Escritórios de Transferência de Tecnologia	Objetiva estudar a viabilidade de mercado para tecnologia desenvolvida dentro das universidades e dar suporte ao seu lançamento no mercado.

Fonte: Abdalla, Calvosa e Batista (2009)

Sobre essas dificuldades, Terra e Ohayon (2019) discorrem sobre esses obstáculos que se tornaram empecilhos para o crescimento econômico do Brasil por meio do conhecimento, da forma que uma universidade empreendedora busca, mesmo com todas as instituições, legislações e políticas criadas pelo governo para esse objetivo:

“... a cultura, o cenário burocrático brasileiro, o financiamento público e privado limitado, a falta de infraestrutura para o desenvolvimento das ideias, o desconhecimento da aplicação das leis e políticas de incentivos, os projetos pedagógicos das universidades sem foco em negócios (em qualquer área do conhecimento ou setor produtivo) impedem que a inovação seja deslançada

para níveis adequados ao desenvolvimento pretendido do país.” (TERRA, OHAYON, 2019, p.17).

Nesse sentido, é perceptível a necessidade de apoio ao empreendedorismo dentro das universidades, visto que a inovação não é uma atividade que deva acontecer por meio de ações isoladas como a criação de departamentos. Os *habitats* de inovação são como centros de inovação, ou seja, um programa com o objetivo de apoiar novas e pequenas empresas, também conhecidas como *startups*, e para isso, proporcionam espaço físico em valor acessível, além de disponibilizar serviços gerais e suporte tecnológico para esses novos empreendedores (BURKHALTER; CURTIS, 1989).

1.4. Educação empreendedora e Inovação em Contabilidade

As constantes mudanças no mercado de trabalho ao redor do mundo têm gerado a necessidade de competências que anteriormente não eram esperadas de um funcionário, mas que atualmente, precisam ser desenvolvidas para preenchimento de requisitos dentro de organizações. Ratificando, nota-se a importância da educação empreendedora nos currículos de diversos cursos universitários.

Na visão de Andrade e Torkomian (2001, p.3), educação empreendedora trata-se de um processo de desenvolvimento humano a respeito da identificação e aproveitamento de oportunidades que contribuem para a sociedade que o ser humano está inserido por meio da transformação dessas ideias em realidade, as quais geram valores financeiros, culturais e sociais. Nesse sentido, a educação empreendedora não se resume a ensinar a alguém a se tornar um empresário de sucesso, mas sim desenvolver uma atitude empreendedora e fazer com que alunos sejam inspirados a solucionar problemas e gerar o desenvolvimento do país.

Para Silva e Pena (2017), a educação empreendedora deve ser a responsável pelo preparo de estudantes com conhecimentos e habilidades para confrontarem os desafios de criação e gestão de negócios a partir do aprimoramento de habilidades importantes do empreendedorismo, como a criatividade e inovação, e junto disso, habilidades de gerenciamento de negócios para alcançar os objetivos e lidar com as adversidades propostas pelo mercado.

Henrique e Cunha (2008) pontuam que o primeiro curso de empreendedorismo surgido nos Estados Unidos foi no ano de 1947, na universidade de Havard, com a intenção de trazer qualificação para os soldados que haviam lutado na Segunda Guerra mundial a fim de reinseri-los no mercado de trabalho e trazer oportunidades de emprego para os mesmos. Posteriormente, novas especializações surgiram por conta das mudanças socioeconômicas do mercado, sendo assim, por volta dos anos 70, como consequência desse processo de reinserção, cursos voltados ao empreendedorismo começaram a ser adicionados como parte oficial dos currículos das universidades americanas.

Trazendo para o cenário nacional, de acordo com Dolabela (2001), o ensino do empreendedorismo começou a ser desenvolvido a partir da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, em 1981, através de um curso de Especialização em Administração, curso o qual, posteriormente, foi estendido para a graduação por meio da disciplina Criação de Negócios – Formação de Empreendedores. Esse evento marcou o início do ensino de empreendedorismo nas principais universidades do país e a partir do esquema (Quadro 5) criado por Ribeiro, Oliveira e Araujo (2014), podemos observar a trajetória do empreendedorismo nos países e seus principais participantes:

Quadro 5 – História do Ensino do Empreendedorismo no Brasil

História do Ensino do Empreendedorismo no País					
Ano	IES	Departamento	Nome da Disciplina	Curso	Professor Responsável
1981	Fundação Getúlio Vargas – SP	Administração de Empresas	Novos Negócios	Especialização em Administração para Graduados	Ronald Degen
1984	Fundação Getúlio Vargas – SP	Administração de Empresas	Criação de Novos Negócios – Formação de Empreendedores	Graduação em Administração de Empresas	Ronald Degen
1984	Universidade de São Paulo	Faculdade de Economia e Administração de Empresas	Criação de Empresas	Graduação em Administração de Empresas	Silvio Aparecido dos Santos
1984	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Ciência da Computação	Criação de Empresas	Graduação em Ciência da Computação	Newton Braga Rosa
1985	Universidade de São Paulo	Economia e Administração de Empresas	Criação de Empresas e Empreendimentos de Base Tecnológica	Pós-Graduação em Administração de Empresas	FEA USP
1996	Universidade Federal de Pernambuco	Ciência da Computação	Empreendedorismo	Graduação em Ciência da Computação	Fábio Silva e Hermano de Moura

Fonte: Ribeiro, Oliveira e Araújo (2014)

Entretanto, na pesquisa de Martens e Freitas (2006) foi observado que as universidades, normalmente, preparam seus alunos para o mercado de trabalho formal o qual vem sofrendo mudanças por conta das dinâmicas dos próprios mercados dentro de economias dinâmicas e com os avanços tecnológicos. Além dessas mudanças, nota-se a inserção do tema empreendedorismo nos currículos dos cursos de Ciências contábeis a fim de desenvolver capacidade empreendedora dos alunos.

No ponto de vista de Lopes (2010), alguns cursos de graduação são anacrônicos no que diz respeito ao conteúdo que ensinam, são mais focados em ensinar conteúdo teórico, em detrimento a conteúdos técnicos do mercado de trabalho. Ademais, é possível notar que dentro das universidades, as disciplinas são

aplicadas de maneira isolada, dificultando o aluno a relacionar uma matéria a outra e conseqüentemente, impossibilitando a criar uma visão crítica e integrada dentro de uma empresa.

Nesse aspecto, a educação empreendedora deveria ser exposta de maneira ampla em todo o currículo nas universidades, e não em disciplinas isoladas. Dessa forma, a educação empreendedora faz o aluno a ir atrás de uma melhoria de relacionamento com o mundo ao seu redor. Para Lopes (2010):

“Os jovens estudantes encontram na educação empreendedora uma forma de enfrentar as desigualdades do mundo contemporâneo, seja como forma de distribuição de renda, de inclusão social ou de buscar novas soluções para a nova dinâmica social da pós-modernidade” (LOPES, 2010,p.88).

Dornelas (2003) cita que o Brasil possui um dos maiores potenciais para o ensino de empreendedorismo do mundo, equivalendo-se aos Estados Unidos. Complementando esse raciocínio, Dolabela (2001), afirma que o avanço dessa questão pode ser explicado por conta da escassez de serviços formais para alunos recém formados e devido ao foco dado durante o curso para o mercado de trabalho como uma alternativa para o desenvolvimento nacional.

Nessa perspectiva, há um grande debate no que se refere ao método de aplicação da educação empreendedora. Para Solomon, Duffy e Tarabishy (2002) exibem técnicas como o contato direto por meio de debates e entrevistas com empreendedores e a abordagem de casos reais e práticos. Em contrapartida, para Dobrée (2012) algumas habilidades do empreendedorismo nascem com o ser humano e não podem ser ensinadas, como por exemplo a persistência e a coragem para assumir riscos do mercado. Já para Yusoff, Zainol e Ibrahim (2015), as características do empreendedorismo podem ser ensinadas a qualquer ser disposto a aprender, afirmando que a ideia de que as habilidades para empreender são inatas ao ser humano, é uma ideia equivocada.

Em uma pesquisa realizada por Ruskovaara et al. (2010), os autores afirmam que os métodos de ensino são ineficazes para o desenvolvimento de empreendedores. As aulas padrões que ocorrem de maneira demonstrativa podem ser utilizadas para lembrar os conteúdos teóricos do empreendedorismo, entretanto, os demais conteúdos da ação empreendedora necessitariam da utilização de métodos mais dinâmicos.

Lopes (2017) assegura que é essencial trazer para os alunos de uma universidade casos reais, ou ao menos próximos da realidade e através disso, incentivar o contato de alunos não somente com as empresas, mas com a comunidade e com os empreendedores da região. Nessa perspectiva, uma solução para trazer casos reais, seria o exemplo das empresas juniores, que são empreendimentos sem fins lucrativos, criadas e gerenciadas por alunos do ensino superior (SEBRAE, 2020). Um exemplo de empresa júnior é a Ayra Consultoria da UFRJ, a qual busca estimular o aprendizado prático dos alunos da instituição e aproxima-lo do mercado de trabalho, e paralelo a isso, desenvolver nos alunos habilidades e competências que são requeridas em empresas, como liderança, poder de negociação, saber trabalhar em equipe.

Diante desse cenário, surgiu a necessidade de criar um programa de educação empreendedora que não buscava apenas adicionar disciplinas nos cursos universitários, mas também a universidade em si, se tornar uma instituição de ensino empreendedora com novas prática (COSTA, MANCEBO, MARIANO, 2017). A fim de facilitar o ensino de empreendedorismo dentro das instituições de ensino, o Consórcio de Educação Empreendedora elaborou métricas educacionais a serem aplicadas a fim de incentivar e desenvolver a visão empreendedora em alunos de qualquer nível escolar. Nessa perspectiva, fora definidos 5 etapas de estudo que um empreendedor deve se submeter em prol do sucesso chamado de Modelo de Aprendizagem ao Longo da Vida (Quadro 6) e concomitante a isso, foi listada as 15 habilidades que os alunos devem desenvolver durante esse período para se tornarem empreendedores de sucesso (Quadro 7). (ENTREED, 2020).

Quadro 6 – O modelo de Aprendizagem ao Longo da Vida

O Modelo de Aprendizagem ao Longo da Vida
Etapa 1 - Básico
Nesta primeira etapa, o o foco está em entender os conceitos básicos de nossa economia, as oportunidades de carreira e a necessidade de dominar habilidades básicas para ser bem sucedido em uma economia de livre mercado.
Etapa 2 - Consciência de Competência
Os alunos aprenderão a falar a língua dos negócios e verão os problemas do ponto de vista do proprietário de pequenas empresas. É um tema necessário na carreira e na educação empreendedora. A ênfase está no desenvolvimento de competências que podem ser ensinadas numa única matérias ou incluídas como parte de outras aulas relacionadas ao empreendedorismo. Por exemplo, problemas de fluxo de caixa podem ser usados na aula de matemática e demonstrações de vendas podem fazer parte de uma aula de comunicação.
Etapa 3 - Aplicações Criativas
Há muito o que aprender sobre como iniciar e administrar um negócio, não é surpreendente que muitas empresas tenham problemas. Nesta fase, os alunos podem reservar um tempo para explorar idéias de negócios e maneiras de planejar um negócio. Embora ainda seja apenas uma experiência educacional, os alunos devem obter maior profundidade e amplitude conhecimento que eles podem ter das etapas anteriores. Este estágio incentiva os alunos a criar uma ideia de negócio única e levar a processo de tomada de decisão através de um plano de negócios completo. Os melhores programas permitem que os alunos experimentem realmente a operação de um negócio.
Etapa 4 - Inicialização
Depois que os adultos tiveram tempo de adquirir experiência profissional e / ou promover seu aprendizado, muitos precisam de assistência especial para montar um negócio. Programas de educação comunitária com foco na abertura de empresas está amplamente disponível em programas técnicos e de carreira, programas comunitários de assistência, faculdades comunitárias e universidades.
Etapa 5 - Crescimento
Frequentemente, os empresários não procuram ajuda até que seja tarde demais. Uma série de seminários ou grupos de apoio contínuos pode ajudar o empreendedor a reconhecer problemas potenciais e como lidar com eles de maneira completa e oportuna. Muitas faculdades comunitárias e programas de educação continuada em universidades oferecem tais seminários e workshops para a comunidade empresarial. Eles reconhecem que o melhor plano de desenvolvimento econômico é ajudar as comunidades empresariais existentes a crescerem e prosperarem.

Fonte: EntreEd, 2020.

Quadro 7 – Habilidades necessárias ao Empreendedorismo

<p>1) Habilidades Empresariais</p> <p>Os processos e características / comportamentos associados ao sucesso empresarial.</p> <p>A. Processos Empreendedores (Compreende conceitos e processos associados ao desempenho empreendedor de sucesso): Descoberta / Desenvolvimento de conceito / Recursos / Realização / Colheita</p> <p>B. Traços / comportamentos empreendedores (Compreende os traços / comportamentos pessoais associados ao desempenho empreendedor de sucesso): Liderança / Avaliação pessoal / Gerenciamento pessoal</p>
<p>2) Habilidades relativas à prontidão para o empreendedorismo</p> <p>O conhecimento e as habilidades básicas de negócios que são pré-requisitos ou co-requisitos para se tornar um empreendedor</p> <p>C. Fundamentos de Negócios (Compreende conceitos fundamentais de negócios que afetam a tomada de decisões de negócios) Conceitos de Negócios / Atividades de negócio</p> <p>D. Comunicações e habilidades interpessoais (Compreende conceitos, estratégias e sistemas necessários para interagir efetivamente com os outros) Fundamentos da Comunicação / Comunicações da equipe / Ética na Comunicação / Relações de trabalho em grupo / Lidar com conflito</p> <p>E. Habilidades digitais (Compreende conceitos e procedimentos necessários para operações básicas do computador) Noções básicas de computador / Aplicações de Computador</p> <p>F. Economia (Compreende os princípios e conceitos econômicos fundamentais ao empreendedorismo / propriedade de pequenas empresas) Conceitos Básicos / Relações Custo-Luero / Indicadores Econômicos / Tendências / Sistemas Econômicos / Conceitos Internacionais</p> <p>G. Administração Financeira (Compreende conceitos, procedimentos e estratégias pessoais de gerenciamento de dinheiro) Noções básicas sobre dinheiro / Serviços financeiros / Gestão de dinheiro pessoal</p> <p>H. Desenvolvimento profissional (Compreende os conceitos e estratégias necessários para a exploração, desenvolvimento e crescimento de carreira) Planejamento de carreira / Habilidades de procura de emprego</p>
<p>3) Funções empresariais</p> <p>As atividades de negócios realizadas pelos empreendedores na gestão dos negócios.</p> <p>I. Gestão Financeira (Compreende os conceitos e ferramentas financeiros utilizados na tomada de decisões de negócios) Contabilidade / Finança / Gerenciamento de dinheiro</p> <p>J. Gestão de Recursos Humanos (Compreende os conceitos, sistemas e estratégias necessários para adquirir, motivar, desenvolver e demitir funcionários) Organização / Pessoal / Treinamento e Desenvolvimento / Moral / Motivação / Avaliação</p> <p>K. Gestão da informação (Compreende os conceitos, sistemas e ferramentas necessários para acessar, processar, manter, avaliar e disseminar) Informações para tomada de decisões de negócios / Manutenção de registros / Tecnologia / Aquisição de Informações</p> <p>L. Gerenciamento de Marketing (Compreende os conceitos, processos e sistemas necessários para determinar e satisfazer o cliente) Necessidades / Desejos / Expectativas, atenda às metas / Objetivos de negócios e crie novas idéias de produtos / Serviços / Criação de Produto / Serviço / Gerenciamento de informações de marketing / Promoção / Preços / Venda</p> <p>M. Gerenciamento de Operações (Compreende os processos e sistemas implementados para facilitar as operações comerciais diárias.) Sistemas de Negócios / Gestão de canais / Contratos de compra / Operações diárias</p> <p>N. Gerenciamento de Riscos (Compreende os conceitos, estratégias e sistemas que as empresas implementam e aplicam para minimizar as perdas) Riscos de Negócios / Considerações legais</p> <p>O. Gestão Estratégica (Compreende os processos, estratégias e sistemas necessários para orientar a organização comercial geral) Planejamento / Controlando</p>

Fonte: EntreEd, 2020.

A partir desse ponto, Athayde e Martins (2010) citam a relevância do desenvolvimento de métodos específicos de ensino do empreendedorismo para cada curso do ensino superior e se referindo especificamente a contabilidade, acreditam

que o curso não deve receber metodologias prontas oriundas de outros cursos, e que essa metodologia seja abrangente o suficiente para sinalizar aos alunos a necessidade de ter uma mentalidade empreendedora desenvolvida não somente em prol de si mesmo, mas para promover o desenvolvimento da comunidade empreendedora a qual está inserido no seu dia a dia.

Para Berti (2001), o conteúdo aprendido nos cursos de contabilidade deve abordar informações a respeito do empreendedorismo, da economia, direito, administração, entre outras, por acreditar que a interdisciplinaridade é essencial para a formação de bons profissionais. Nessa perspectiva, Pereira et al. (2012) em seu estudo, notou que não há nenhuma disciplina que contenha palavras com o prefixo “inova” em seu título em cursos de Ciências Contábeis enquanto o curso de Administração possui a maior representatividade com 19 disciplinas (cerca de 73% da amostra) que contemplam o tema Inovação.

Em seu artigo, Matias et al. (2013) nota uma necessidade de divulgação mais intensa da ideia empreendedora dentro dos cursos de Ciências Contábeis. Nesse sentido, ainda para o autor citado anteriormente, em seus estudos foi constatado que as metodologias mais utilizadas dentro das universidades por parte dos docentes seria a elaboração de plano de negócios e a apresentação de seminários por parte do corpo discente.

Dessa forma, o desconhecimento sobre empreendedorismo e inovação por parte dos contadores pode gerar destruição de riqueza nas empresas que os mesmos atuam. Para Matias e Martins (2012), os contadores possuem posições estratégicas dentro das empresas devido as suas funções estarem diretamente relacionadas ao planejamento e execução. Visto a obrigatoriedade de toda empresa precisar ter um contador e esse próprio possuir informações sobre a saúde do empreendimento, Matias e Martins (2012) afirmam:

“O contador pode agir em prol do desenvolvimento mesmo quando atua na forma de empregado e quando está em posição de auxílio à gerência do empreendimento, mas notadamente quando está prestando serviços é que o contador exerce seu papel mais fundamental: pela capacidade de observar a empresa de um ângulo externo e atuar no aconselhamento do empresário na elaboração e implantação de seus planos, planos esses que envolvem a empresa tanto quanto a própria vida desses empresários, fazendo com que esses empresários entendam a responsabilidade e o alcance de seus atos para si, sua empresa, seus empregados e sua comunidade.” (Matias, Martins, 2012).

Com o fato de o contador desempenhar funções primordiais dentro de empresas, se vê necessária a utilização de forma correta as ferramentas contábeis dentro do processo de gestão (TERRA e OHAYON, 2019). Dessa maneira, os autores destacam a importância da inclusão da Educação empreendedora e Inovação no currículo de Ciências Contábeis:

“... o ensino de temas como inovação, empreendedorismo, proteção intelectual, licenciamento de patente, financiamentos para inovação, dentre outros, deve compor o cotidiano das universidades, e especialmente dos cursos de Ciências Contábeis. O contador, enquanto profissional responsável por colaborar com a saúde das empresas e medir o resultado financeiro, inclusive apresentando propostas de seu incremento, deve atuar como “abaixador dos custos de transação.” (TERRA e OHAYON, 2019).

Nesse sentido, Blackburn et al. (2010) indicam quatro pontos em que o profissional de Ciências Contábeis se assemelha ao empreendedor: Expertise em Gestão, Confiança, Proximidade e Capacidade de resposta. Ademais, se desenha um novo perfil para o contador com características como: “criatividade, desenvoltura, liderança, ousadia, visão gerencial, flexibilidade, motivação” e “principalmente saber direcionar o melhor caminho a ser seguido pela empresa usando a importante ferramenta ‘tecnologia da informação’ (MARTINS ET AL., 2012).

De acordo com a visão de Martins et al. (2012), o profissional de contabilidade deve exibir uma postura gerencial e ser capaz de tomar decisões e gerar informações para o sucesso da empresa.:

“Ser um contador gerencial, não é exatamente uma função específica dentro das organizações, mas sim um comportamento profissional e uma postura a ser aplicada dentro do desenvolvimento das atividades das organizações. O contador gerencial deve ter conhecimento de tecnologia sofisticada, ser adepto as operações virtuais e também saber usar a informação contábil como ferramenta para a administração. Pois é através da informação gerencial contábil que é gerada a fonte de dados para a tomada de decisões, controle, avaliação e planejamento para a sobrevivência das organizações em um cenário competitivo e acirrado” (MARTINS ET AL., 2012).

A perspectiva do contador voltada para atividades técnicas se inicia na graduação, mas junto a isso, existe a interdisciplinaridade que é essencial na formação de um contador com perfil empreendedor. A incorporação de conteúdos diversos no curso de Ciências Contábeis, leva os alunos a terem uma perspectiva diferente do ambiente empresarial principalmente se a interdisciplinaridade for desenvolvida nas atividades de extensão da universidade como no caso de uma empresa júnior.

Na visão de Souza e Miranda (2017), estudantes que se envolvem ao longo de sua formação em iniciativas universitárias, como empresa júnior e iniciação científica, apresentam maior motivação empreendedora que os que optam por não participar. Diante dessa afirmação, Guimarães, Senhoras e Takeuchi (2003) citam que a parceria entre empresa juniores e instituições privadas trazem benefícios para a universidade e além disso, permitem aos alunos participantes de terem experiências para que desenvolvam uma visão empresarial.

1.5. Planejamento curricular em Ciências Contábeis e suas propostas

A elaboração de um projeto pedagógico de um curso com a definição de sua grade curricular (currículo) é um processo que envolve muito comprometimento e que vai além de apenas se respeitar à legislação vigente. Em uma primeira análise, se mostra um desafio a elaboração de um currículo e na visão de Kliebard (2011), uma das maiores problemáticas no que se refere a área de estudo sobre currículo é a falta de conteúdo histórico. Sob esse contexto, o estudo de maior impacto e que permanece em evidência até os dias atuais, na área de currículo, é o programa elaborado por Ralph Tyler para uma disciplina chamada Educação 360, na Universidade de Chicago. O programa criado por Tyler recebeu, em um primeiro

momento, o título de: Princípios Básicos do Currículo e Ensino, cujo conteúdo ficou conhecido como os princípios de Tyler.

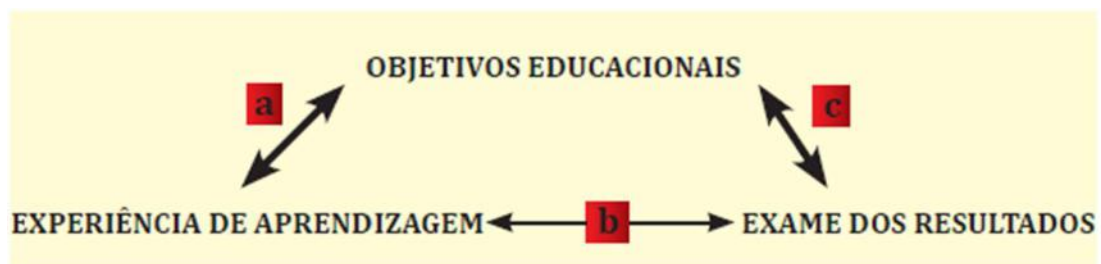
Os princípios de Tyler funcionam em torno de quatro perguntas principais, as quais Tyler considerava serem essenciais de serem respondidas, para que a elaboração do currículo seja desenvolvida:

- “1 – Que objetivos educacionais deve a escola procurar atingir?
 - 2 - Que experiências educacionais podem ser oferecidas que tenham probabilidade de alcançar esses propósitos?
 - 3 - Como organizar efetivamente essas experiências educacionais?
 - 4 - Como podemos determinar se esses objetivos estão sendo alcançados?”
- (TYLER, 1976, p.2).

De acordo com Marsh e Willis (1995), Tyler destaca a necessidade social como estopim para a elaboração de um currículo, mas reconhece a variedade de formas e metodologias para determinar essas necessidades e pondera-las. Para Tyler (1976), os programas educacionais não possuem um objetivo definido de maneira clara, mesmo levando em conta o conteúdo e conhecimento que os professores universitários e desempenhando um bom trabalho educacional, eles não possuem uma visão clara dos objetivos, e para Tyler, objetivos bem definidos é o pré-requisito para que um programa educacional melhore constantemente.

Diante dessas perguntas, Lewy (1979 apud Lima, 2008, p.507) representa o modelo de Ralph Tyler da seguinte forma:

Figura 02: Modelo de Avaliação de Tyler segundo Lewy (1979)



Fonte: Lima, 2008, p.507.

Referente a experiência de aprendizagem, Tyler (1979) leva em conta a influência da vida contemporânea como um fator a se levar em conta na hora da elaboração dos objetivos educacionais, pois a vivência é algo dinâmico e que sofre mudanças contínuas, dessa forma, fazendo surgir a necessidade de uma elaboração contínua de currículos, para manter os alunos atualizados e preparados com o tempo

em que vivem e com a região em que vivem e evitar o desperdício de tempo ensinando conteúdos que são considerados anacrônicos para os dias atuais.

Ainda de acordo com Tyler (1976), a experiência de aprendizagem possui princípios gerais que são:

- “1 – A fim de ser alcançado um certo objetivo, o estudante deve ter experiências que lhe deem oportunidade de praticar a espécie de comportamento implicada pelo objetivo;
- 2 – As experiências de aprendizagem devem ser de tal natureza que o estudante obtenha satisfações em seguir a espécie de comportamento implicada pelo objetivo;
- 3 – As reações que se tem em vista da experiência devem estar incluídas no âmbito da possibilidade para os estudantes aos quais se destinam;
- 4 – Existem muitas experiências particulares suscetíveis de serem usadas para atingir os mesmos objetivos educacionais;
- 5 – A mesma experiência de aprendizagem produzirá, via de regra, diversos resultados, alguns até negativos.” (TYLER, 1976).

Em seu ensaio, Kliebard (2011) discorre a respeito das três fontes de onde viria a formulação dos objetivos educacionais: o estudo sobre o aluno (interesses e elementos para o desenvolvimento do aluno), estudos sobre a vida contemporânea (cultura, experiências e objetivos da sociedade) e sugestões oferecidas por especialistas no assunto. Ainda sob esse contexto, Kliebard (2011) diz que as fontes dos objetivos educacionais abrangem outras doutrinas tradicionais sobre o currículo a respeito de que muitas ideias foram discutidas nas últimas décadas.

Um outro autor a teorizar a respeito de currículo foi Goodlad (1980), em seu projeto tentou aproximar a realidade da sociedade com a parte teórica do currículo por considerar que a finalidade do currículo é incentivar ou promover oportunidades para agregar conhecimento e habilidades presente em alunos da universidade.

Goodlad (1980) afirma que o currículo é formado por dois elementos, o conteúdo e metodologia. Ademais, o autor considera uma divisão em dois tipos de fenômenos: substanciais e processuais. Sob esse contexto, Goodlad (1980) define como os aspectos substanciais do currículo: Currículo Ideológico, Currículo Formal, Currículo Percebido, Currículo Operacional e Currículo Experiencial. (Tabela 1).

Tabela 1 – Aspectos Substanciais de um currículo por Goodlad

Aspecto Substancial	Definição
Curriculo Ideológico	Traz a visão de como deveria ser a educação, aberto a discussões. Desenvolvido dentro do mundo acadêmico e não sofre influência da vida em sociedade;
Curriculo Formal	É um currículo aprovado dentro de uma Instituição de ensino, mas se trata de um currículo educacional irreal que mostra a forma de currículo desejável de forma normativa;
Curriculo Percebido	Traz a visão da sociedade como um todo, pais, gestores e professores. Currículo o qual traz as concepções relacionadas a fatores pessoais e culturais;
Curriculo Operacional	Representa o que é ensinado efetivamente dentro das salas de aula, pois existe uma diferença entre o que é o currículo em teoria e o que o professor ensina efetivamente.
Curriculo Experencial	Representa as experiências vivenciadas por alunos com o currículo. Relacionado diretamente com experiências em sala de aula, na família, em círculo social e outros.

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base em Goodlad (1980).

Em uma outra análise, Davini (2015) divide o conceito de currículo em três vertentes: Currículo Formal, Currículo por Assuntos ou Currículo Interdisciplinar e Currículo Integrado. Na visão da autora, Currículo formal seria o caracterizado pelo formalismo como o próprio nome menciona, mas responsável pela transmissão de conhecimentos parcelados por meio de disciplinas, disciplinas as quais utilizarão estudos isolados de problemas para gerar uma aprendizagem por meio de acumulação de informações obtidas em livros didáticos. Por outro lado, o Currículo por Assunto ou Interdisciplinar surgiu para superar o currículo formal por meio da identificação e definição de problemas da realidade formulando unidades de

aprendizagem em torno desses assuntos. Em uma última análise, o Currículo integrado seria a opção que permite uma integração entre o ensino e a prática profissional e promovendo a adaptação a cada realidade e padrões culturais do local em que estão inseridos.

Em respeito a avaliação de um currículo, Marsh e Willis (1995) abordam o fato de professores fazerem avaliações informais de suas disciplinas e como consequência, acabam tomando decisões para mudança baseadas em suas próprias avaliações que levam em conta suas vivências profissionais e cultura em geral. Os autores também afirmam que a avaliação curricular deve levar em conta a influência da interação entre professores e alunos com o currículo em questão dentro de um ambiente específico.

Um outro fator importante a se levar em conta ao falar de currículo é o planejamento curricular, o qual é feito pelo Projeto Pedagógico do Curso (PPC). O projeto Pedagógico de Curso é um mecanismo que agrupa a concepção de um curso de graduação, os fundamentos de gestão acadêmico pedagógica e administrativa, os princípios educacionais indicadores das ações que devem ser seguidas no processo de ensino na graduação, tendo eles que respeitar as Resoluções do CNE/CES nºs 67/2003, e 10/2004 as quais estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis.

No Decreto nº 9235 de 2017, além de argumentar a respeito da regulação e avaliação das instituições de ensino superior no sistema federal, ele também relaciona o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Político Institucional (PPI). Na visão Mizael et al. (2013) o PDI é uma metodologia de planejamento estratégico para as universidades em um período de 5 anos, tendo esse planejamento as diretrizes para atingir as metas e objetivos da Instituições de Ensino Superior e promover o seu crescimento. Para Haas (2010), o PPI é um documento responsável por definir as normas e políticas de ensino e pesquisa dentro da graduação e pós graduação, dentro da visão científica e pedagógica. Ademais, o autor supracitado afirma que “o PPI deve revelar à sociedade sua proposta de formação, assegurada pelas condições de realização estabelecidas.” (p.165).

Nessa perspectiva, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 43, traz o objetivo do ensino superior, como por exemplo:

“III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; (...)

VI - Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1996).

Dessa forma, na visão da LDB, a função do ensino superior é promover a pesquisa de forma que envolva a sociedade para que seja possível verificar suas necessidades. De acordo com Ramalho et. al. (2015), a universidade tem a função de criar conhecimento, o qual será utilizado para resolver problemas Econômicos e sociais, levando em conta os agentes envolvidos:

“A agregação de conhecimento na área contábil-financeira, na formação do capital intelectual, o papel da universidade pública na formação e capacitação de mão de obra qualificada e a contribuição desta na gestão das organizações implicam retornos que podem ser dimensionados pelos índices de geração de empregos, tecnologia, produção, tributos e divisas.” (RAMALHO et al., 2015, p.475).

O Ministério da Educação (MEC) definiu as diretrizes curriculares nacionais englobavam a elaboração do PPC da graduação na resolução nº 146 de 2002 da CNE/CES, resolução a qual traz a definição dos principais elementos do PPC para formações, sendo esses elementos:

“- Objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;
 - Condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
 - Cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
 - Formas de realização da interdisciplinaridade;
 - Modos de integração entre teoria e prática;
 - Formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
 - Modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;
 - Cursos de pós-graduação lato sensu, nas modalidades especialização, integradas e/ou subsequentes à graduação, e de aperfeiçoamento, de acordo com a evolução das ciências, das tecnologias e das efetivas demandas do desempenho profissional, observadas as peculiaridades de cada área do conhecimento e de atuação, por curso;
 - Incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;
 - Concepção e composição das atividades de estágio, por curso;
 - Concepção e composição das atividades complementares;
 - Oferta de curso sequenciais e de tecnologia, quando for o caso.” (CNE/CES, 2002, p.9).

Ademais, o CNE/CES também definiu por meio de pareceres e resoluções, a elaboração do PPC para cada formação específica. A Resolução CNE/CES nº 10 de 2004, que estabelece as diretrizes nacionais a serem realizadas pelas universidades para o curso de Ciências Contábeis, define os assuntos a serem abordados na criação do currículo (Quadro 8).

Quadro 8 – Assuntos a serem abordados na criação do Currículo de Ciências Contábeis

Período	Conteúdos
Formação Básica	Estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, matemática e Estatística;
Formação Profissional	Estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado;
Formação Teórico-Prática	Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando softwares atualizados para Contabilidade.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em CNE/CES (2004).

Na visão de Matias et. al (2013), o perfil definido no PPC de alguns cursos é limitado, visto que em alguns cursos de Ciências Contábeis tem suas práticas de ensino focadas para atender serviços especializados em grandes empresas, apesar da realidade de muitos contadores é atender pequenas e médias empresas. Para Jacomossi e Biavatti (2017), existe uma necessidade de atender as legislações e normas definidas para a criação de um currículo, mas esse fator atrapalha a capacidade de um aluno a se adaptar as demandas que surgem no dia a dia de uma empresa.

Sob a perspectiva de Miranda, Nova e Cornacchione, em 2010, ocorreu uma mudança nas Ciências Contábeis, a convergência das normas contábeis brasileiras com as normas internacionais. Os autores supracitados afirmam que a partir desse evento, o contador precisou, além da capacidade técnica, desenvolver a capacidade analítica e de julgamento.

A resolução da CNE de 2004 em seu artigo 5º discorre sobre a relevância da consonância do ensino contábil e das normas internacionais:

“Os cursos de Ciências Contábeis deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e curriculares, conteúdos que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, de forma a proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade, em conformidade com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio e pelas peculiaridades das organizações governamentais.” (Resolução CNE/CES, 2004, p.3).

Na visão de Matia et al (2013), ocorre um início de conscientização sobre a necessidade de um plano educacional que contemple as necessidades que o ambiente empresarial tem requisitado nos dias atuais. Nessa perspectiva, em um artigo público pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), foi relatado sobre a relevância de atualizar o currículo dos cursos de Ciências Contábeis, principalmente quando se trata da inclusão de disciplinas relacionadas com tecnologia e inteligência artificial.

A implementação da tecnologia na sociedade trouxe uma perspectiva diferente para a forma como as corporações tratam as informações, dados e softwares, agentes os quais são utilizados para as tomadas de decisão. Sob essa visão, Martins et al. (2012) fala sobre a importância de como as informações são levadas ao público, ou seja, os contadores devem se aperfeiçoar na utilização dos sistemas informacionais para apresentar relatórios cada vez melhores a fim de facilitar as tomadas de decisão e dessa forma, auxiliar no crescimento da empresa.

Com essa situação, surgiram algumas propostas curriculares para suprir essas necessidades e desenvolver as competências e habilidades requeridas pelo mercado dentro dos cursos de Ciências Contábeis. O CFC, no ano de 2009, divulgou uma proposta curricular para os cursos de contabilidade que visava estreitar as matrizes entre todos os cursos das instituições de ensino superior do Brasil (FBC, 2009).

Outra proposta curricular que surgiu recentemente foi o currículo mundial por *International Standards of accounting and Reporting (ISAR)* que trata do Grupo de

Trabalho Intergovernamental de Peritos em Padrões Internacionais de Contabilidade e Relatórios e é responsável por tratar de temas como a contabilidade e governança corporativa dentro da Organização das Nações Unidas (ONU). Outra proposta curricular foi o Modelo de Currículo Mundial por *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD) que se trata de uma divisão de empresas e investimentos do ISAR e atua fornecendo insumos administrativos e substantivos para as atividades desempenhadas.

Sob esse prisma, Rezende, Carvalho e Bufoni (2017), em seu artigo a respeito das diferenças do currículo mundial com o currículo das universidades brasileiras, os autores chegaram à conclusão que nenhum curso de Ciências Contábeis cumpre os padrões de qualidade recomendados pelo Currículo Mundial do ISAR (Quadro 9).

Quadro 9 – Currículo definido pelo ISAR

1 Conhecimento Administrativo e Organizacional	2 Tecnologia de Informação	3 Conhecimento (básico) em Ciências Contábeis, Finanças e assuntos afins	4 Conhecimento (avançado) em Contabilidade, Finanças e assuntos afins
a) Economia; b) Métodos quantitativos e estatísticos para as empresas; c) Políticas empresariais, de estruturas organizacionais básicas, e comportamento organizacional; d) Funções e práticas administrativas, e gestão de operações; e) Marketing; f) Mercados internacionais.	a) Tecnologia de informação;	Curso básico de Contabilidade, auditoria, tributação e assuntos afins. a) Contabilidade básica; b) Contabilidade financeira; c) Contabilidade financeira avançada; d) Contabilidade gerencial – conceitos básicos; e) Tributação; f) Sistemas de informações contábeis; g) Direito comercial e empresarial; h) Fundamentos sobre auditoria; i) Finanças empresariais e gestão financeira; j) Módulo sobre integração do conhecimento	a) Demonstrações financeiras avançadas e Contabilidade industrial; b) Contabilidade gerencial avançada; c) Tributação avançada; d) Direito empresarial avançado; e) Auditoria avançada; f) Finanças empresariais avançadas e Administração financeira; g) Estágio Contábil;

Fonte: Segantini, Melo, Lucena, & Silva (2013)

Haja em vista essa situação, Rezende, Carvalho e Bufoni (2017) conseguiram identificar em seu artigo quais eram os problemas mais emergenciais, onde não existiam nos currículos os seguintes assuntos:

“Conhecimento Administrativo (1): Marketing (1.5), Funções e Práticas Administrativas (1.4) e Políticas Empresariais (1.3), o bloco inteiro de Tecnologia da Informação (2), Contabilidade Financeira Avançada (3.3), e Integração do Conhecimento (3.10) do bloco principal de formação (3) e também do conhecimento avançado (4): Estágio em Contabilidade (4.7), Auditoria Avançada (4.5) e Direito Empresarial Avançado (4.4).” (Rezende, Carvalho e Bufoni, 2017).

Diante desse processo de internacionalização dos padrões educativos em Ciências Contábeis, Jacomossi e Biavatti (2017) afirmam que esse processo traz como consequência, efeitos na formação dos contadores ao redor do mundo no que diz respeito a alterações desde as diretrizes curriculares até pontos como experiência prática e desenvolvimento pessoal contínuo.

Diante desse panorama, o *International Accounting Education Standards Board* (IAESB) que se trata de um órgão independente responsável pelo fortalecimento da profissão contábil e junto disso, trabalham a visão de trabalhar em função do interesse público por meio do desenvolvimento de padrões de ensino em contabilidade que serão utilizados internacionalmente por membro do *International Federation of Accountants* (IFAC) (IAESB, 2013).

Nesse sentido, a IAESB é responsável por desenvolver e publicar conteúdo sobre educação, desenvolvimento e formação de profissionais contábeis. Ademais, uma dessas publicações destaca-se, as *International Educational Standards*, normas as quais são responsáveis pela ampliação da competência do profissional de contabilidade em nível mundial, trazendo maior confiabilidade e integridade para a contabilidade (Karreman & Nedles, 2013).

As IES são divididas em dois grupos (Tabela 2), *Initial Professional Development* (IPD) que se trata da primeira etapa de aprendizado contínuo, onde traz perspectivas a respeito de educação geral, profissional e experiência prática, e o *Continuing Professional Development* (CPD) que se trata da etapa seguinte e busca manter o desenvolvimento profissional e garantir um bom desempenho dentro das funções profissionais desempenhadas dentro do mercado de trabalho.

Tabela 2 – *International Education Standards* modificadas pelo IAESB

<i>Initial Professional Development (IPD) - Desenvolvimento Profissional Inicial</i>		
IES 1	Requisitos de entrada em Programas de Educação Profissional em Contabilidade	Vigência: 01/07/2014
Escopo	Estabelece princípios a serem utilizados na definição e comunicação dos requisitos educacionais para o ingresso em programas de educação profissional em contabilidade.	
IES 2	Competência Técnica	Vigência: 01/07/2015
Escopo	Estabelece os resultados da aprendizagem de competências técnicas que aspirantes a profissionais de contabilidade devem demonstrar até o final do período de Desenvolvimento Profissional Inicial. A competência técnica é a capacidade de aplicar o conhecimento profissional para desempenhar atividades com um padrão definido.	
IES 3	Habilidades Profissionais	Vigência: 01/07/2015
Escopo	Estabelece os resultados da aprendizagem de competências profissionais que aspirantes a profissionais de contabilidade devem demonstrar até o final do período de Desenvolvimento Profissional Inicial. Habilidades profissionais são: a) intelectual; b) interpessoal e comunicação; c) pessoal; d) capacidade de organização de um profissional contábil integra-se com técnicos valores de competência e profissional, ética e atitudes para demonstrar competência profissional.	
IES 4	Valores Profissionais, Ética e Atitudes	Vigência: 01/07/2015
Escopo	Estabelece os resultados da aprendizagem referentes a valores profissionais, ética e atitudes que aspirantes a profissionais de contabilidade devem demonstrar até o final do período de Desenvolvimento Profissional Inicial.	
IES 5	Experiência Prática	Vigência: 01/07/2015
Escopo	Estabelece a experiência prática necessária que aspirantes a profissionais de contabilidade devem demonstrar até o final do período de Desenvolvimento Profissional Inicial.	
IES 6	Avaliação da Competência Profissional	Vigência: 01/07/2015
Escopo	Estabelece requisitos para avaliação da competência profissionais que aspirantes a profissionais de contabilidade devem demonstrar até o final do período de Desenvolvimento Profissional Inicial.	
<i>Continuing Professional Development (CPD) - Desenvolvimento Profissional Contínuo</i>		
IES 7	Desenvolvimento Profissional Contínuo	Vigência: 01/01/2014
Escopo	Estabelece o desenvolvimento profissional contínuo necessário para que contadores profissionais desenvolvam e mantenham sua competência profissional.	
IES 8	Requisitos de competência para Profissionais de Auditoria	Vigência: 01/07/2008
Escopo	Estabelece requisitos de competência para profissionais de auditoria, incluindo aqueles que trabalham em ambientes e indústrias específicas. Especifica políticas e procedimentos que os aspirantes a profissionais de auditoria devem satisfazer, antes de assumirem tais cargos.	

Fonte: Jacomossi e Biavatti, 2017

Os autores supracitados notam um conflito entre as normas internacionais e o MEC, pois o ministério da educação impõe regras a serem cumpridas. Além disso, identificaram uma maior ênfase nas competências técnicas (IES 2) nas universidades brasileiras, enquanto os aspectos interpessoais como liderança e comunicação são pouco desenvolvidos. Como indicado anteriormente, a Experiência Prática (IES 5) é um fator que na maioria das vezes necessita ser comprovado pelo contador, mesmo que em algumas pesquisas, teóricos acreditam que a experiência vivida dentro do laboratório seja suficiente para desenvolver o lado profissional dos alunos, enquanto outros acreditam de grande importância a vivência em ambientes com contextos e problemas reais para esse desenvolvimento dessas competências.

2. Metodologia

Esse capítulo abordará a metodologia utilizada para alcançar o objetivo da pesquisa, a partir da definição do tipo de pesquisa, os critérios utilizados para definição do escopo além dos critérios para coleta de dados, e por último, uma análise dos dados coletados.

2.1. Tipo de Pesquisa

Para alcançar os objetivos da pesquisa, foi realizada uma pesquisa qualitativa, que buscou analisar o conteúdo discutido no currículo oficial apresentado no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ao levar em conta a particularidade com que cada universidade trata as modificações temporais que as atinge, uma pesquisa qualitativa se torna capaz de atuar de maneira compreensiva, de maneira que leve em conta as especificidades dos fenômenos que podem ocorrer durante um percurso. (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991).

Na visão de Flick (2013), uma pesquisa qualitativa traz a vantagem de fornecer a possibilidade de uma análise detalhada e precisa que permite a sua reprodução, além disso, da liberdade para os participantes para que determinem o que julgam mais importante para eles e para divulgá-los dentro de suas realidades.

Em paralelo, foi realizada uma pesquisa de campo por meio de entrevistas com o corpo discente do curso de Ciências Contábeis para que seja feita uma análise do currículo na perspectiva deles por meio do *Google Formulários*.

3. Pesquisa e Resultados

3.1. Análise da Grade Curricular

Como destacado por Reis et al. (2015), as diretrizes curriculares definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) estabeleceram às Instituições de Ensino Superior determinadas competências para a formação do profissional de contabilidade. Dessa maneira, Moura e Lima Filho (2019) afirmam que é necessária

uma constante atualização do contador no mercado atual visando contribuir para a formação de um profissional contábil capaz de atender as exigências e apto para atuar em diversas áreas.

Assim, junto a avaliação curricular, existe o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado pelo INEP, que busca planejar e executar metodologias de avaliação da educação superior por meio de indicadores elaborados anualmente.

Nessa pesquisa, foram escolhidos dois desses indicadores: o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Índice Geral de Cursos (IGC). De acordo com o INEP, o CPC pode ser explicado como:

“...é um indicador de qualidade que avalia os cursos de graduação. Seu cálculo e sua divulgação ocorrem no ano seguinte ao da realização do Enade, com base na avaliação de desempenho de estudantes, no valor agregado pelo processo formativo e em insumos referentes às condições de oferta – corpo docente, infraestrutura e recursos didático-pedagógicos –, conforme metodologia aprovada pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).” (INEP, 2020)

O IGC trata-se de um indicador de qualidade de instituições de ensino superior que possui seu cálculo realizado de maneira anual sendo ele elaborado da seguinte forma:

- “média dos CPCs do último triênio, relativos aos cursos avaliados da instituição, ponderada pelo número de matrículas em cada um dos cursos computados;
- média dos conceitos de avaliação dos programas de pós-graduação stricto sensu atribuídos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na última avaliação trienal disponível, convertida para escala compatível e ponderada pelo número de matrículas em cada um dos programas de pós-graduação correspondentes, conforme os dados oficiais da CAPES;
- distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino, graduação ou pós-graduação stricto sensu, excluindo as informações do item II para as instituições que não oferecerem pós-graduação stricto sensu.” (INEP, 2020)

Abaixo, os quadros mostram uma descrição dos componentes que compõem os indicadores supracitados:

Quadro 10 – Componentes e dimensões do CPC

Dimensão	Componentes	Pesos	
Desempenho dos Estudantes	Nota dos Concluintes no Enade (NC)	20%	
Valor agregado pelo processo forma	Nota do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (NIDD)	35%	
Corpo Docente	Nota de Proporção de Mestres (NM)	7,50%	30%
	Nota de Proporção de Doutores (ND)	15%	
	Nota de Proporção de Doutores (ND)	7,50%	
Percepção Discente sobre as Condições do Processo Forma	Nota referente à organização didá	7,50%	15%
	Nota referente à infraestrutura e Instalações Físicas (NF)	5%	
	Nota referente às oportunidades de ampliação da formação acadêmica e profissional (NA)	2,50%	

Fonte: INEP, 2020

Quadro 11- Componentes do IGC

Componentes
Notas contínuas de Conceitos Preliminares de Curso referentes aos cursos de graduação avaliados no triênio 2017-2018-2019
Número de matrículas nos cursos de graduação (estudantes cursando ou formando no ano de referência do CPC), conforme base de dados do Censo da Educação Superior
Conceitos dos cursos de Mestrado e Doutorado atribuídos pela Capes na última avaliação disponível, para os programas de pós-graduação reconhecidos
Número de matrículas nos cursos de Mestrado e Doutorado (estudantes matriculados e titulados em 2019), conforme base de dados encaminhada pela Capes ao Inep.

Fonte: INEP, 2020

Para fins avaliativos, levamos em consideração a nota do CPC do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro de 2018, pois o Exame Nacional de Desempenho do Estudantes (ENADE) é executado de maneira trienal e o IGC da Universidade no ano de 2019 (Tabela 3):

Tabela 3 – Índices da UFRJ

Índices UFRJ	Nota
CPC 2018 (Ciências Contábeis)	3
IGC 2019	5

Fonte: O Autor, 2021

Um dos requisitos para que o IGC seja calculado é que a Instituição de Ensino Superior tenha pelo menos um curso com o CPC calculado no triênio utilizado para referência. Em caso de uma instituição não possuir programa de pós graduação avaliado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o IGC é calculado pela média dos CPC dos cursos de graduação, levando em conta a quantidade de matrículas no ano utilizado para referência do CPC. (INEP, 2020)

Com base na pesquisa feita por Pereira et al. (2012), foi feita uma pesquisa a respeito da grade curricular da Universidade Federal do Rio de Janeiro em busca das palavras “Inovação” e “Empreendedorismo” seja como nome de disciplina ou algo que faça menção a tais assuntos dentro da ementa. (Quadro 12).

Quadro 12 – Grade curricular do curso de Ciências Contábeis da UFRJ

Período	Disciplina	Descrição de ementa
1º Período	Administração	Definição de administração, elaboração de uma empresa; histórico da administração; papel da administração na responsabilidade social; a administração e os ambientes de negócios.
1º Período	Contabilidade I	Conceituação da Contabilidade. O patrimônio. Demonstrativos Financeiros. Método das partidas dobradas. Balancete de Verificação do Razão. Balanço Patrimonial. Regime de Contabilidade. Apuração de Resultados. Elaboração dos Relatórios Contábeis.
1º Período	Métodos e Técnicas de Pesquisa	Caracterização da pesquisa em contabilidade, construção de um trabalho monográfico em contabilidade, metodologia da pesquisa aplicada à ciência social, formulação de hipóteses e caracterização de variáveis em pesquisa contábil, coleta, análise e interpretação dos dados. Apresentação e estrutura (ABNT).
1º Período	Sociologia Aplicada a Administração	Contexto histórico da sociologia. A sociologia como ciência. Sociologia nos clássicos. Interação, competição, cooperação e diferenciação social e controle social. Sistema social e estrutura social. Mudança e desenvolvimento.

1º Período	Microeconomia	Teoria neoclássica e teoria econômica. Teoria do consumidor. Teoria da produção. Teoria dos custos.
1º Período	Matemática I	Funções reais de uma variável real. Derivadas. Esboço de gráficos. Problemas de máximos e mínimos.
2º Período	Matemática Financeira	Valor do dinheiro no tempo. Noções de Risco e Retorno. Fluxo de Caixa. Juros simples e compostos - equivalência de taxa e operações de desconto. Anuidade e Perpetuidade. Retorno do investimento. Inflação, taxa de juros real e nominal. Tabelas de Amortização. Títulos públicos e tesouro Direto. Introdução à Avaliação de Empresa.
2º Período	Contabilidade II	Despesas incidentes sobre a Receita Operacional Bruta. Operações com mercadorias. Inventário permanente x Inventário periódico. Apuração dos custos. Folha de pagamentos. descontos condicionais x Descontos incondicionais. operações financeiras. Depreciação. Estrutura da Demonstração do Resultado e do Balanço Patrimonial. Legislação e normas aplicáveis (IR e CSLL). Notas explicativas.
2º Período	Instituições de Direito Aplicadas a Contabilidade	A importância do estudo do direito. O direito público e privado. O Objeto dos direitos. Fato e Ato Jurídico. Direito das Obrigações. Contratos. Direito das Coisas, de Família e das Sucessões.
2º Período	Teoria das Organizações	Conceito de organização. Diferentes escolas. Relações humanas. Escola behaviorista. Teoria geral de sistemas. Administração por projetos, administração por objetivos, administração contingencial, administração por matrizes.
2º Período	Macroeconomia	Introdução à análise macroeconômica. Sistema econômico. Repartição de renda. Formulação de política econômica. Relações econômicas internacionais.
2º Período	Matemática II	Integração de funções de uma variável real. O espaço tridimensional. Funções reais de mais de uma variável. Máximos e mínimos de Funções de mais de uma variável.
3º Período	Contabilidade Intermediária	Escultura conceitual: Ativo, Passivo, Receitas, Despesas, Ganhos e Perdas. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Demonstração do Fluxo de Caixa. Demonstração do Valor Adicionado. Reconhecimento e Mensuração das Receitas e dos gastos relacionados. Contas retificadoras de Ativo e Passivo. Lucro contábil e fiscal.
3º Período	Contabilidade de Custos I	Conceitos básicos em custo. Objetivos da Contabilidade de custos. Nomenclaturas de Custos. Departamentalização. Elementos básicos de Custos de Produção. Sistema de Acumulação de Custos - Produção Contínua e Produção por Ordem. custos Conjuntos, Subprodutos e Sucatas.

3º Período	Teoria da Contabilidade	História e Evolução da Contabilidade. Objetivos e metodologia da contabilidade. Regulação contábil: arcabouço conceitual da contabilidade. Análise crítica dos Princípios de Contabilidade. Natureza e mensuração dos elementos patrimoniais: Ativo e Passivo. Natureza, mensuração e regime de reconhecimento dos elementos de resultado: receita, despesa, perdas e ganhos, lucro. Patrimônio Líquido: natureza, classificação das mutações, abordagens conceituais. evidenciação e Divulgação da informação contábil. Tópicos teóricos especiais.
3º Período	Legislação Comercial	Legislação empresarial. Empresário individual e sociedades. Atos e fatos jurídicos. Tipos de sociedades. Constituição, dissolução, liquidação, falência e recuperação de empresas. Governança corporativa. Títulos de créditos.
3º Período	Economia Brasileira	Industrialização e crescimento: 1945/62. Recessão 1963/67. Crescimento acelerado. O ciclo expansivo. A crise externa. A recuperação. A crise da inflação descontrolada. A questão da dívida externa.
3º Período	Estatística I	Introdução à estatística. Inferência estatística. Distribuições amostrais. Probabilidade e distribuições. Testes de hipóteses. Estimação.
4º Período	Relações Trabalhistas	Definição fundamentos doutrinários. Relação jurídica do emprego. Contrato de trabalho. Regulamentação do trabalho. Noções de direito coletivo do trabalho. Previdência social. Aspectos práticos da legislação trabalhista. Aspectos práticos da legislação previdenciária.
4º Período	Contabilidade Avançada I	Redução ao Valor Recuperável de ativos (Impairment); Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operações descontinuadas; propriedade para Investimento; Operações de Arrendamento Mercantil; Transações entre Partes Relacionadas; Investimentos Societários e equivalência patrimonial; Consolidação das demonstrações contábeis; Noções de combinação de negócios.
4º Período	Análise Econômico - Financeira	Os objetivos da análise. Análise das estruturas patrimonial e operacional. Técnicas de análise. Grau de alavancagem financeira. Limitações das demonstrações financeiras. Perspectivas econômicas.
4º Período	Contabilidade de Custos II	Abordagem gerencial da Contabilidade de Custos. Conceito de margem de contribuição. Custeio por absorção. Custeio variável. Custeio ABC. Comportamento dos Custos. Ponto de Equilíbrio. Relação Custo-Volume-Lucro.
4º Período	Estatística II	Regressão simples. Violações dos pressupostos básicos. Estimação com dados deficientes. Regressão múltipla. Formulação e estimação de modelos especiais. Sistemas de equações múltiplas.
5º Período	Orçamento Governamental	Orçamento: conceitos e objetivos. A Missão do Estado. A Legislação aplicada ao Orçamento público. Funções orçamentárias. Sistema de informações orçamentárias. elaboração do orçamento. As funções orçamentárias. Formulação de políticas governamentais. Coleta de dados para a formulação de programas governamentais. processo orçamentário. A participação Popular.

5º Período	Contabilidade Gerencial	Contextualização da Contabilidade Gerencial. Custo Padrão. Receitas e custos relevantes e o processo decisório. Decisões de preço, de rentabilidade de produto e de gerenciamento de custo. Custo Padrão e Análise das Variações.
5º Período	Administração Financeira	Planejamento de caixa. Integração do planejamento financeiro de curto-prazo com o orçamento. Payback. Integração com o orçamento de capital e com a análise de investimentos.
6º Período	Contabilidade Governamental	Introdução/Aplicação da Contabilidade Pública. Operações Governamentais. Sistemas de Contas. patrimônio Público. Gestão Orçamentária e Financeira. Relações inter e intragovernamentais. sistema de Informações Contábeis. Sistema de Controle Interno e Externo. Conceito e Função. encerramento do Exercício. Prestação de Contas e tomada de contas públicas. Introdução ao Processo de Convergência aos Padrões e Normas Internacionais.
6º Período	Orçamento e Planejamento Empresarial	Planejamento; Orçamento; Orçamento Empresarial Integrado; Análise e Variações.
6º Período	Seminário - Monografia	Elaboração de um projeto de pesquisa. Definição do tema do Projeto de Monografia. Discussão do Projeto. Construção do Projeto de Monografia.
6º Período	Legislação Tributária	Legislação financeira e tributária. Receita Pública. Sistema Tributário Nacional. Competência e limites ao seu exercício. Princípios. Imunidades. Desonerações fiscais. Impostos federais, estaduais e municipais. Taxas e Contribuições. Crédito Tributário. Lançamento. Causas de extinção, suspensão e exclusão do crédito. Responsabilidade tributária. Autuações fiscais e mecanismos de defesa do contribuinte. Processo administrativo e judicial tributário. Ilícito tributário. Planejamento tributário.
7º Período	Auditoria I	Fundamentos e Normas de Auditoria. Tipos de Auditoria. O profissional de Auditoria. Princípios básicos dos Controles Internos. Papéis de Trabalho. Procedimentos de Auditoria do Ativo Circulante e Auditoria do Passivo Circulante. Riscos de Auditoria. Pareceres e Relatórios de Auditoria.
7º Período	Contabilidade Fiscal	Exercício financeiro e período base. Conceitos de lucros para fins do imposto de renda. Contabilização de impostos federais, estaduais e municipais.
7º Período	Controladoria	Fundamentos de Controladoria; Controladoria e Decisões Gerenciais; Controle e Valor; Contabilidade por Responsabilidade; Controladoria Estratégica; preço de Transferência; Controle Gerencial; Medidas de desempenho financeiro e não financeiro.
7º Período	Monografia	Permitir ao discente a elaboração de trabalhos que possibilitem centrar esforços para o desenvolvimento da percepção, da reflexão e do potencial criativo, todavia deverá optar por tema pertinentes as linhas de pesquisas existentes no curso.

8º Período	Ética Profissional	Conceito e campo da ética. Fontes das normas éticas. Comportamento ético. Código de ética profissional. Atuação do profissional e os padrões de qualidade. Atributos de um bom profissional da contabilidade. Os conselhos reguladores da profissão.
8º Período	Perícia Contábil	O uso da Contabilidade como ferramenta em decisões judiciais. Conceito de perícia contábil. Metodologia da perícia. Normas brasileiras de perícia. Requisitos para a prática da perícia contábil. Avaliação patrimonial de entidades. Planejamento e controle de procedimentos. Laudos periciais judiciais e extrajudiciais.
8º Período	Auditoria II	Auditoria de Ativos e Passivos Realizáveis a Longo Prazo. Auditoria do Imobilizado, Investimentos e intangíveis. Auditoria das contas do Resultado. Auditoria do Patrimônio Líquido. Planejamento da Auditoria. Revisão Analítica. Carta de Responsabilidade. Lei Sarbanes-Oxley (SOx).
8º Período	Análise de Investimentos	Valor do dinheiro no tempo. Custo de oportunidade. Risco e retorno. Estudo das técnicas de decisões de investimentos. Natureza do investimento. Custos e benefícios futuros. Fluxo de caixa. O problema de racionamento de capital. A incerteza quanto às previsões. A relação entre as decisões de investimento e financiamento: custo médio ponderado do capital (wacc). Finanças x estratégia. Uso de ferramentas especiais na análise de investimentos. Risco e incerteza. Custo de oportunidade do capital.

Fonte: Elaborado pelo autor com base no SIGA-UFRJ (2021)

Com base no quadro acima, foi identificado a ausência de disciplinas que abordem os temas de empreendedorismo e inovação dentro da instituição. Nessa visão, como evidenciado por Silva e Silva (2018), as habilidades mais solicitadas aos profissionais de contabilidade envolviam conhecimento nas áreas de contabilidade e finanças, área legal e habilidades em informática, buscando atender as necessidades das grandes empresas.

Em relação a parte complementar da grade, no caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro, existem disciplinas classificadas como optativas e de extensão. São disciplinas não obrigatórias, normalmente com assuntos mais específicos, que ficam a escolha do aluno para complementar o seu conhecimento no período de estudo dentro da universidade. Dessa maneira, foi verificado dentro dessa lista, as palavras “Inovação” e “Empreendedorismo” sejam como nome de disciplina ou algo que faça menção a tais assuntos dentro da ementa. (Quadro 13).

Quadro 13 – Disciplinas não obrigatórias da grade curricular do curso de Ciências Contábeis da UFRJ

Disciplina	Descrição de ementa
Contabilidade Internacional	Organismos internacionais de contabilidade, FASB, IASB e IOSCO, ONU e as práticas contábeis, estrutura normativa do FASB, SFAC, SFAS, FIN, GASB, estrutura normativa do IASB, IAS e IFSR, princípios contabilidade internacionais, diferenças entre práticas contábeis internacionais.
Gestão de Serviços	Perfil e relacionamento com clientes: cliente externo e interno. Processos e pessoas nas organizações. princípios de atendimento em serviços. serviços padronizados e serviços "sob medida". Indicadores de qualidade na prestação de serviços. Características dos serviços: gestão das filas de clientes em serviços. Gestão dos recursos humanos em organizações de serviços.
Combinação de Negócios	Avaliação de investimentos societários, métodos da equivalência patrimonial e do custo, consolidação das demonstrações contábeis, etapas do processo de consolidação, lucros realizados e não realizados, fusões, incorporações e cisões, ágio e deságio nas combinações de negócios, amortização do ágio e deságio, normas legais e fiscais, aproveitamento do ágio, extinções e liquidações de sociedades.
Análise Balanços Governamental	Objeto da Análise de Balanços. Avaliação Técnica do Conteúdo dos Balanços, Indicadores Financeiro, Econômico, Patrimonial e Orçamentário. Indicadores Sociais. Relatório de Análise.
Contabilidade Governamental Avançada	As funções do Estado. Financiamento das funções de governo: as fontes de recursos, tributação, dívida pública e inflação. A despesa Pública. A Dívida Pública. contabilidade de Custos. procedimentos Contábeis Específicos.
Fundamentos de Atuária	Conceituação e evolução da atuária. Bases técnicas da atuária. Práticas atuariais em fundos de pensão e em seguradoras. Práticas atuariais na atualidade.
Aspectos Contábeis em Instituições Financeiras	Histórico da moeda. Evolução do sistema financeiro nacional. A estrutura e as características das instituições financeiras, dos investidores institucionais e das autoridades do SFN. O sistema financeiro da habitação. A política econômico-governamental: monetária, cambial, fiscal e de rendas, correlacionadas com mecanismos das instituições financeiras em cada um desses segmentos. O Mercado de ações.
Sistemas de Informações Contábeis	Visão geral de sistemas; A empresa como sistema e componentes do Sistema de Informação; Sistemas de informações Contábeis (SIC); Sistema de Informação Empresarial (SI); Implementação de um módulo de Contabilidade em um ERP; Sistema Integrado de Gestão (ERP); Sistemas Especialistas de Gestão Empresarial - CRM, SCM, BI, CRM; Fundamentos de Auditoria de Sistemas; Novo ambiente contábil no âmbito de TI: XBRL e Auditoria Contínua; Segurança de informação; Cybersecurity; Novas Tecnologias da Informação no âmbito da Contabilidade: Big Data e Cloud Computing.

Gestão de Custos Aplicado	Sistema de Custo aplicado a prestação de serviços públicos: características, integração SIAFI. Custo e Resultado Econômico na administração pública.
Gestão Planejamento Tributário	Sistema Tributário nacional. legislação Tributária, Atividade Financeira do estado, Gerência Fiscal Tributária, Planejamento Tributário. Regras e cases de planejamento tributário.
Tópicos Contemporâneos em Contabilidade	Estudos de questões relativas à contabilidade financeira, contabilidade gerencial, contabilidade aplicada ao setor público e ao terceiro setor, finanças, normas aplicadas à atuação do profissional contábil, que sejam relevantes e oportunas no momento em que serão ministradas, porém não contempladas em outras disciplinas da estrutura curricular.
Filosofia das Organizações	Noções de teoria do conhecimento; noções de filosofia da ciência e da técnica; os conceitos de explicação e compreensão; hermenêutica e crítica de ideologias; racionalidade técnica e práticas administrativas; racionalidade comunicativa, teoria da argumentação e práticas administrativas. A filosofia brasileira: origens e perspectivas, causas eminentes à cultura nacional, a ideia de uma civilização brasileira inter-racial.
Comportamento Organizacional	Comportamento Organizacional: conceito, ética e diversidade nas organizações. Valores e atitudes. Personalidades e emoções. Percepção, decisão e Criatividade. satisfação e motivação no trabalho. Dinâmica e comportamento em grupo. Equipes de Trabalho. Liderança. Poder. Conflito e Negociação. processo de Comunicação. Estresse no Trabalho. Políticas e Práticas de Recursos Humanos. Clima Organizacional.
Avaliação Patrimonial, Flutuação de Preço e Câmbio	Crítérios de avaliação patrimonial, valores de entrada e saída, valor justo e outras metodologias, criação de valor contábil, reconhecimento dos efeitos das variações de preços, correção monetária integral, custo corrente de reposição, efeitos das flutuações nas taxas de juros e de câmbio, avaliação patrimonial de ativos de setores específicos de negócios.
Aspectos Contábeis Empresas Seguradoras	Conceitos Fundamentais; Seguro; Cosseguro e Resseguro; Sinistro, Prêmios Salvados e Ressalvados, Indenização; Sistema Nacional de Seguros; Normas e Legislação de Seguros; Mercado Internacional de Seguros.
Auditoria Governamental	Funções da auditoria governamental. Revisão do processo de gestão orçamentária, patrimonial e financeira. Tipos de auditoria governamental. Planejamento da auditoria. Normas de auditoria. procedimentos de auditoria. Relatório, parecer e certificado de auditoria.
Marketing	Conceito de marketing. Variáveis controláveis e incontroláveis. Comportamento do consumidor. A força de vendas. Planejamento de marketing. Controle de marketing. Marketing internacional. Pesquisa de mercado.
Métodos Quantitativos Aplicados à Contabilidade	Aplicações ao processo decisório, à análise da relação custo-volume-lucro, à otimização dos recursos, à otimização dos estoques, à teoria da decisão: Programação Linear. Transportes e Designação. Fluxos em Redes. Aplicações computacionais.
Contabilidade Socioambiental	Histórico da Moeda. Conceitos sobre o meio ambiente e métodos de avaliação. Gestão ambiental. Mensuração contábil e sistema de informação. Relatório Social. Balanço Social.

Estudo da Linguagem Brasileira de Sinais	Nomes próprios; pronomes pessoais; demonstrativos; possessivos; locativos em sentenças simples do tipo pergunta-resposta com "o que" e "quem" e outros vocábulos básicos; numerais; quantidade; topicalização; flexão verbal; flexão de negação; expressões faciais e corporais; percepção visual; conversação; diálogos; textos: LIBRAS, cultura e comunidade surda.
Mercado Mobiliário	Atividade de extensão a ser desenvolvidos junto a comunidade, através da utilização de conceituação básica do mercado de capitais e governança corporativa, procedimentos de abertura e fechamento de capital, ações, debêntures de ADR, estrutura básica das operações que envolvem cisão, fusão e incorporação de empresas, possibilitando maior orientação as comunidades gestoras, inserindo a participação dos discentes do Curso de Ciências Contábeis e proporcionado elevação do conhecimento dos mercados de interesse para a sociedade.
Avaliação de Empresas	Visão geral do mercado de capitais e as estratégias corporativas. Contabilidade financeira e seus principais demonstrativos. principais indicadores econômicos e financeiros extraídos das demonstrações contábeis de uma empresa. Moderna Teoria de carteiras. CAPM (Capital Asset Pricing Model), modelo de três fatores de Fama-French. Valor total da empresa através do Fluxo de Caixa Livre da Empresa. Valor da empresa para o acionista através do Fluxo de Caixa Livre do Acionista. valor da empresa pelo método APV (Adjusted Present Value). Noções de avaliação para fins de fusões e aquisições (F&A). Opções reais aplicadas à avaliação empresas.
Gestão de Riscos	Atividade de extensão a ser desenvolvida junto a comunidades específicas, utilizando conceito de risco, quantificação de riscos, gestão financeira de seguradoras e de fundos de pensão. ERM (Enterprise Risk Management), possibilitando maior orientação aos gestores com participação dos discentes do Curso de Ciências Contábeis, proporcionando maior transparência para a sociedade interessada.
Gestão de Desenvolvimento e Inovação	Aspectos teóricos e práticos de gestão e inovação. Incubação como metodologia de desenvolvimento. Aspectos multidisciplinares da incubação. Abordagem metodológica: finanças, gestão, cidadania, tecnologia, mercado, integração multidisciplinar e aplicações.

Introdução ao Cooperativismo	<p>Origem do Cooperativismo; Evolução do pensamento; Definição, Valores e Princípio; Sistema e Aliança Nacional e Internacional: organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) e a Confederação nacional das Cooperativas (CNCOOP); Legislação aplicada; Sociedades Cooperativas; participação, Identidade, Sustentabilidade, Capital e Quadro Legal; Panorama e Tendências no Brasil e no Mundo. Atividade de extensão a ser desenvolvida junto a comunidades, com utilização de processo de inovação tecnológica, sistemas nacionais de ciência e tecnologia, papel do Estado na inovação tecnológica, estratégia tecnológica de empresa, possibilitando maior orientação as comunidades gestoras, inserindo a participação dos discentes do Curso de Ciências Contábeis e proporcionando elevação do conhecimento das tecnologias de interesse para a sociedade. Esta disciplina contempla o trabalho de campo.</p>
Aspectos Contábeis Gerenciais	<p>Normas brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Cooperativismo; Análise de Custos para Tomada de Decisão; Padronização Contábil; Demonstrações Contábeis; técnicas Gerenciais; orçamento e Planejamento; Profissionalização da Gestão. Atividade de extensão a ser desenvolvida junto a comunidades, através da utilização de processo de inovação tecnológica, sistemas nacionais de ciência e tecnologia, papel do Estado na inovação tecnológica, estratégia tecnológica de empresa, possibilitando maior orientação as comunidades gestoras, inserindo a participação dos discentes do Curso de Ciências Contábeis e proporcionando elevação do conhecimento das tecnologias de interesse para a sociedade. Esta disciplina contempla o trabalho de campo.</p>
Aspectos Legais em Cooperativas	<p>Sociedades Cooperativas; Orçamento e Planejamento; Profissionalização da Gestão; Governança Cooperativista. Atividade de extensão a ser desenvolvida junto a comunidades, através da utilização de processo de inovação tecnológica, sistemas nacionais de ciência e tecnologia, papel do Estado na inovação tecnológica, estratégia tecnológica de empresa, possibilitando maior orientação as comunidades gestoras, inserindo a participação dos discentes do Curso de Ciências Contábeis e proporcionando elevação do conhecimento das tecnologias de interesse para a sociedade. Esta disciplina contempla o trabalho de campo.</p>
Simulação Empresarial	<p>Desenvolvimento de atividade de extensão junto a comunidades, utilizando definição de comércio, sistemas de comercialização, marca, patente e comunicação comercial, possibilitando simulações de cunho para orientação das comunidades, inserindo a participação dos discentes do Curso de Ciências Contábeis e proporcionando o conhecimento de tais simulações comerciais a sociedade.</p>
Finanças Pessoais	<p>Desenvolvimento de atividade de extensão junto à comunidade, por meio da estruturação do orçamento familiar. Relação risco e retorno. Planejamento financeiro. Diferentes tipos de investimento e mercados. Previdência.</p>

Gestão de Tecnologia e Inovação	Atividade de extensão a ser desenvolvida junto à comunidade, através da utilização de processo de inovação tecnológica, sistemas nacionais de ciência e tecnologia, papel do Estado na Inovação tecnológica, estratégia tecnológica de empresas, possibilitando maior orientação as comunidades gestoras, inserindo a participação dos discentes do Curso de Ciências Contábeis e proporcionando elevação do conhecimento das tecnologias de interesse para a sociedade.
---------------------------------	--

Fonte: Elaborado pelo autor com base no SIGA-UFRJ (2021)

Assim como na grade curricular obrigatória do curso de ciências contábeis, nas disciplinas não obrigatórias não foi identificada nenhuma menção ao empreendedorismo, nem como nome de disciplina quanto dentro da ementa curricular. Entretanto, em uma análise mais minuciosa da ementa, foi possível notar que a disciplina “Simulação empresarial” traz a base a respeito do comércio e de seu sistema funcional, além de proporcionar conhecimento de como funciona o comércio por meio de simulações junto à comunidade.

A respeito de Inovação foram identificadas 4 disciplinas que abordam o tema dentro de sua ementa, sendo elas a Introdução ao Cooperativismo, Aspectos Contábeis Gerenciais, Gestão de Desenvolvimento e Inovação e Gestão de Tecnologia e Inovação.

Como visto no quadro 13, em suma, as disciplinas que abordam inovação têm como objetivo desenvolver atividades junto a sociedade utilizando conhecimentos que serão ensinados dentro da sala de aula e no caso das 3 disciplinas supracitadas, dentro da ementa traz o estudo da utilização de inovação tecnológica.

Assim como parte das disciplinas não obrigatórias, a UFRJ oferece atividades de extensão que tem como objetivo transferir o conhecimento acadêmico para a sociedade por meio de ações ensino com trabalho colaborativo, como por exemplo a elaboração de imposto de renda em parceria com a Receita Federal e outros voltados para educação empreendedora e inovação.

Em confirmação do estudo feito por Rezende, Carvalho e Buffoni (2012) foi identificado que a grade curricular de ciências contábeis possui uma aderência maior aos padrões internacionais, principalmente quando se trata de Conhecimentos contábeis e financeiros. A área de Tecnologia, que seria um dos assuntos que envolveria inovação é o conceito que possui menor ênfase como evidenciado em nossa análise.

Nota-se que assim como a maioria dos cursos, Ciências Contábeis na UFRJ utiliza disciplinas de maneira isolada, gerando um movimento para que o corpo discente vá buscar esses conteúdos em outro curso. Em sua pesquisa, Campos (2020) entrevistou o coordenador da Universidade Nacional de Brasília, o qual discorreu a respeito da importância da colaboração do curso de ciências contábeis com outros cursos, mas destacando o de Administração:

“Administração está mais um pouco nessa linha, né. É que falta a gente se integrar, né. Da mesma maneira que o pessoal de Administração não entende nada de Contabilidade de gestão. Você forma um cara, mas não dá instrumentos para ele materializar, né? Nós temos a seguinte situação: nós somos quatro cursos no mesmo prédio. Ninguém fala com ninguém. Portanto se o pessoal de Administração não entende de Custos, eles pegam uma disciplina com a gente. Mas assim, uma disciplina não é suficiente para entender Contabilidade Gerencial. Mas nem a gente comunica com eles para entender de inovação. Então assim, cada um cuida do seu barco. O resultado? Ineficiência dos dois lados.” (CAMPOS, 2020).

Nesse sentido, além da avaliação de qualidade feita pelo MEC, é de suma importância levar em consideração a opinião do corpo discente na produção e atualização dessa grade curricular, visto que são os próprios alunos que estarão em contato com o mercado de trabalho e sofrerão constantes demandas do mesmo.

3.2. Análise da Entrevista com Corpo Discente

Na segunda parte dessa pesquisa, foi escolhido a utilização de uma entrevista semiestruturada, onde o apresentou questões principais, mas que foram complementadas por outras questões que apareceram no decorrer da entrevista, buscando fazer emergir informações de forma mais livre e espontânea (MANZINI,2004).

Para Boni e Quaresma (2005), uma entrevista semiestruturada permite que o entrevistador conduza a entrevista para o assunto que lhe é interessante por meio de perguntas complementares para esclarecer questões que não tiveram o entendimento suficiente.

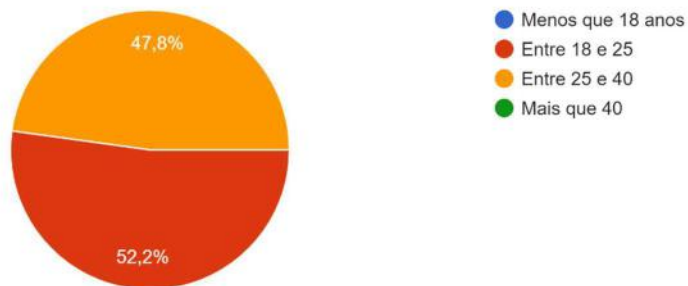
Nesse sentido, foi criado um questionário através do *aplicativo Google Forms* e divulgado por meio do *Whatsapp* em grupos onde os membros são graduandos de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro que possuía 247

membros. Nesse questionário obtivemos 23 respostas e obtivemos os seguintes dados:

Identificamos que na nossa amostra, a faixa etária dos alunos de Ciências Contábeis da UFRJ está entre 18 e 40, tendo sua maior concentração entre 18 e 25 anos (Gráfico 1), e dentro desse grupo que respondeu ao questionário, a sua maioria já concluiu o curso ou está acima próximo de finalizá-lo. (Gráfico 2).

Gráfico 1 – Faixa etária da amostra

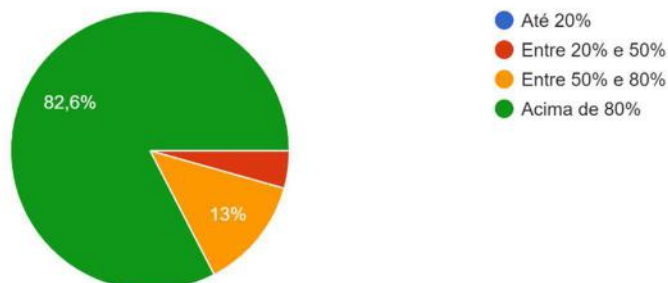
Faixa etária
23 respostas



Fonte: Autor (2021)

Gráfico 2 – Percentual do curso finalizado

Porcentagem do curso já realizada
23 respostas



Fonte: Autor (2021)

O questionário apresentava em sua última pergunta um convite para uma entrevista que foi ministrada por meio do *Google Meets* para aprofundar as respostas

obtidas por meio da primeira parte da entrevista. No questionário, foi perguntado aos participantes se alguma disciplina, mesmo que não apresentasse Inovação ou empreendedorismo em seu nome ou ementa, os fez pensar “fora da caixinha”, e surgiram disciplinas como Marketing na Praia Vermelha ministrada pela professora Mônica Visconti com exemplificado por um dos entrevistados:

“A docente abordou estratégias a serem aplicadas em pequenos e médios empreendimentos a fim de alavancar as vendas de produtos e serviços no período de pandemia, conteúdo que se mostrou tempestivo pela conjuntura que a sociedade vem vivenciando, onde pequenos e médios empreendedores estão declarando falência de seus negócios por se depararem com suas vendas em processo de regressão.” (ENTREVISTADO A, 2021)

Ainda nessa visão, no questionário foi identificado que a disciplina mais citada pelo corpo docente foi “Análise Econômico Financeira” ministrada pelo professor José Augusto com a justificativa de que o mesmo utilizava balanços e demonstrações financeiras de empresas reais, trazendo para a sala de aula uma visão mais realista de como a contabilidade funciona no mercado de trabalho. Durante uma das entrevistas foi relatado por um dos entrevistados que cursou a disciplina:

“O professor José Augusto ministrava a disciplina através de análises de mercado de empresas reais, nos permitindo entender a infraestrutura financeira delas. A possibilidade de analisar as demonstrações financeiras de grandes empresas com instrução de um profissional experiente, possibilitou a turma entender alguns métodos de classificação de ativos, cálculos de ativos intangíveis, dessa forma, permitindo que os alunos deem aplicabilidade ao conteúdo aprendido na universidade para o mercado de trabalho.” (ENTREVISTADO B, 2021)

Quando nos referimos a inovação, remetemos a palavra a utilização de tecnologia para obtenção de um resultado diferente e normalmente mais eficiente. Entretanto, Salerno e Kubota (2008) afirmam que inovação é a inserção de alguma novidade ao mercado, novidade essa associada a economia, mas que não necessariamente associada a tecnologia ou a meios científicos.

Confirmando o pensamento de Salerno e Kubota (2008), o Entrevistado C relatou a experiência que teve com o Professor André Luiz Bufoni na disciplina de Contabilidade de Custo II:

“Ao participar das aulas de Contabilidade de Custos II foi possível perceber uma grande diferença de Contabilidade de Custos I. Na disciplina pioneira para o assunto de Custos, o docente abordou na primeira os cálculos foram demonstrados de maneira única maneira e utilizando exclusivamente fórmulas. Ao chegar em Custos II, o professor André Bufoni, mesmo mantendo a essência de utilizar fórmulas, como estabelecido por livros, trazia diferentes maneiras de realizar um mesmo exercício, exercício o qual representava cases que surgiam em nosso cotidiano. Levando em conta a particularidade de cada evento que podemos vivenciar em nosso dia a dia, aprender diversas metodologias nos permiti a inovar dentro dos processos e atividades no mercado de trabalho.” (ENTREVISTADO C, 2021)

De acordo com Vandenberghe (1998), a produção educacional dentro de uma universidade é algo complexo, por ser um produto que possui múltiplas origens, sendo elas diversos professores. Sob esse pensamento, um dos entrevistados relatou a experiência que teve nas disciplinas Auditoria I e II com o Professor Luiz Lins, um dos maiores nomes da auditoria no brasil:

“O professor Lins apresentou o curso com uma abordagem que foi possível vivenciar na prática de como funciona a auditoria dentro das grandes empresas. Por se tratar de uma área a qual o docente é um especialista, teve facilidade de ministrar a disciplina e ensinar o conteúdo de maneira completa, fomentando uma grande base teórica em seus alunos, tornando capaz de atender as demandas do mercado da auditoria.” (ENTREVISTADO A, 2021)

Após esse relato, foi chamado atenção para o assunto de alocação de professores em disciplinas, algo que está fora do alcance do corpo discente e muitas vezes, fora do alcance do corpo docente. Em contato com alguns alunos, foi dito que algumas vezes, o professor, seja ele efetivo ou substituto, os professores não dominam o assunto da disciplina que estão ministrando, não sendo capazes de solucionar dúvidas que surgem no momento da aula por se prepararem somente com o conhecimento estabelecido pelo plano de aula da universidade.

Um dos entrevistados discorreu a respeito desse assunto:

“Ao conversar com alguns professores, já me relataram que ministraram disciplinas a qual não dominavam o assunto, requerendo um preparo além do esperado e ocorrendo que algumas vezes não conseguiam sanar dúvidas surgias durante a aula por falta de conhecimento sobre o assunto, tendo que leva-la como ponto a ser estudado para explica-lo na aula posterior.” (ENTREVISTADO D, 2021)

O corpo docente da UFRJ apresenta professores com currículos invejáveis, usualmente especialistas em algum assunto dentro do mundo da contabilidade e isso possibilita trazer excelência no ensino dentro de sala de aula, pois contando com

professores inseridos no mercado e desempenhando funções, o conteúdo passado estará atualizado com as demandas contemporâneas do mercado e com o professor estando em sua “zona de conforto”, o mesmo é capaz de trazer curiosidades e experiências vividas dentro do mercado de trabalho que poderá inspirar ou auxiliar o aluno na universidade ou quando sair dela.

A diferença entre a metodologia de aula usada por professores efetivos e professores substitutos foi um tópico abordado por um dos entrevistados. A experiência no mercado de trabalho é um fator relevante para a inovação e ensino dentro de sala de aula, mas o conservadorismo de alguns professores ainda gera interferência, ou seja, alguns docentes optam por seguir a risca o programa da universidade e se limitar ao conteúdo estabelecido pela grade, apenas se atentando a mudar normas que são atualizadas de um semestre para outro. Um entrevistado contou sua experiência dentro de sala de aula a respeito de uma disciplina a qual necessitou cursar por duas vezes, a primeira com professor titular, onde não obteve sucesso, e a segunda com um professor substituto recém admitido pela universidade:

“Minha experiência foi com a disciplina Legislação Comercial, minha primeira tentativa foi com um professor titular que nos 7 anos que ministrou a disciplina utilizou a mesma literatura e se limitou a utilizar o *Vade Mecum*, algo que foi relatado por colegas que já haviam feito. As provas traziam questões atuais discursivas que requeriam não apenas o conhecimento de sala de aula, mas uma interpretação de leis e normas que poderiam ser obtidas por experiências vividas no ambiente de trabalho. Em contrapartida, na minha segunda tentativa, um professor substituto ministrou a disciplina e nos trouxe um material de sua autoria, ele entendia que a turma não cursava Direito e precisaria facilitar o entendimento da disciplina e trazer uma visão mais contábil da disciplina e não se prendendo ao conteúdo programático da disciplina”. (ENTREVISTADO E, 2021)

Como constatado no capítulo 3.1.1, não há nenhuma disciplina que aborde o tema Empreendedorismo e uma pequena parcela que aborda Inovação na ementa. Um dos entrevistados relatou que teve contato com amigos que cursam Ciências Contábeis em outras Universidades, tanto federais quanto privadas, e comparando a grade curricular da UFRJ com algumas universidades, a considerou desatualizada. Notou-se uma grande ênfase na área de finanças na grade da UFRJ com disciplinas abordando área gerencial, controladoria e etc., que são essenciais para atender as necessidades das grandes empresas de serviços contábeis no mercado, entretanto, em comparação as outras Universidades, foi notada a ausência de disciplinas que atenderiam as necessidades mais básicas, porém essenciais para auxiliar

empreendimentos em ascensão, como entendimentos em Direito para abertura de MEI, criação de CNPJs e abertura de empresas, desenvolvimento das habilidades pessoais como a comunicação para vendas e por último, disciplinas que envolvam tecnologia, como cursos de Excel e marketing digital para divulgação.

O último tópico abordado pelos entrevistados foi referente as disciplinas eletivas e as atividades de extensão, o que para muitos alunos possui uma grade com pouca variedade e com muitas disciplinas pouco interessantes. Os entrevistados em sua maioria relataram que utilizavam as disciplinas eletivas como “Tapa buraco da grade”, normalmente levando como fator decisivo o horário das disciplinas ao invés do conteúdo em que ela apresentará e no que ela poderá agregar em seu currículo pessoal. Tomando essa realidade como premissa, um dos entrevistados discorreu a respeito das eletivas:

“Na minha experiência inicial na universidade, fui informado que o cronograma estabelecia que todo aluno deveria cumprir uma determinada carga horária de disciplinas eletivas e de extensão. Em contato com outros alunos, o comentário que corria pelos corredores da universidade era de que as disciplinas obrigatórias não eram importantes e normalmente, os fatores que eram levados em conta na escolha, seria o horário que melhor se encaixava na grade que estivesse em harmonia com as disciplinas obrigatórias e o grau de facilidade para concluir a disciplina com êxito, ignorando fatores como a relevância dela para agregar o currículo no mercado de trabalho.” (ENTREVISTADO D, 2021).

Uma parte dos entrevistados comentaram a respeito das atividades de extensão, ou seja, atividades que são utilizadas para aplicar os conhecimentos adquiridos dentro da universidade. Na pesquisa de Campos (2020) um membro do corpo docente e responsável pela Incubadora de Cooperativa de catadores de lixo, uma das atividades de extensão da UFRJ, trouxe uma explicação a respeito de como essa parte da grade funciona e a experiência que teve com o projeto desenvolvido junto aos alunos:

“Agora os alunos são obrigados a fazer 10% da sua carga horária na forma de extensão, mas serve qualquer coisa. Então eles vão buscar aquilo que é mais fácil, que não dá trabalho. E esse tipo de projeto dá muito trabalho e requer dedicação, a pessoa tem que ir, você tem que se envolver com aquilo, e um semestre letivo é muito pouco quando você começa a entender, acabou. Por isso que a gente criou duas disciplinas, para ver se a gente fica pelo menos um ano, porque aí quando esses alunos começam a entender, eles vão embora. Aí você começa tudo de novo no período seguinte.[...] Nossa ideia era que a gente não ia deixar mais os alunos saírem para estagiar antes de quinto período e mantê-los até o quarto período nesse projeto. A gente ia dar a extensão para todo mundo e então todos iam ser obrigados a passar por aqui. A gente achou uma grande ideia! A gente descobriu que não

conseguiria, porque com essas bolsas de 400 reais o mercado oferece no mínimo o dobro, o triplo para esses meninos logo no início do curso. A gente não é competitivo financeiramente falando. Então a gente não consegue segurar os meninos até que eles enxerguem os benefícios que eles podem ter porque logo que chega, é muito difícil. Você não pode largar os meninos no início, você tem que passar todo o processo de formação. Agora a gente abriu duas disciplinas lá na incubadora, então tem alunos fazendo aula lá, sobre essa questão.” (CAMPOS, 2020)

Dentro do escopo das atividades de extensão, as duas opções mais citadas por alunos são referente a Empresa Júnior “Ayra Consultoria” e a Ligas financeiras como *Limfie* e *Impactus*. Ambas opções retratam uma metodologia de ensino referente ao mercado de trabalho, ou seja, os alunos que participam dessas atividades são submetidos a tarefas semelhantes ao de uma empresa real, seguindo normas, horário de expediente. Esse tipo de atividade permite o aluno a entender o funcionamento de um empreendimento desde o chão de fábrica, ou seja, todo os processos da linha de montagem e no que se refere a parte operacional, desde a parte gerencial, participando ativamente das tomadas de decisão e no processo de administração do capital da empresa.

E por último, o entrevistado E evidenciou uma falha na instituição no que diz respeito ao incentivo em frequentar essas atividades complementares. Foi relatado que não há divulgação desses projetos dentro da universidade, apenas via acesso ao site da mesma, mas não apresenta uma descrição de maneira detalhada e de forma atrativa ao público alvo. Pessoas próximas ao entrevistado relataram que tentaram apresentar novos projeto à universidade na tentativa de enriquecer e diversificar as opções da universidade. Alguns alunos já possuem conhecimentos de outras graduações e cursos e buscam a oportunidade de desenvolver projetos que tragam a interdisciplinaridade junto a contabilidade, mas segundo relato de alguns alunos, normalmente projetos com essas características são recusados pela secretaria principalmente pelo fato de não possuírem professores em desenvolver atividades fora de suas áreas de conforto.

4. Considerações Finais

O presente estudo teve como finalidade realizar uma análise documental da grade curricular do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro em busca de disciplinas que abordassem os temas de empreendedorismo e

inovação. Em nossas análises, foi identificado que o curso não está oferecendo disciplinas que abordem empreendedorismo e inovação em suas atividades obrigatórias e eletivas, confirmando a tese do estudo de Lopes (2017).

O primeiro ponto a ser analisado se refere a elaboração da grade curricular de uma universidade, onde o principal ser feito é a definição do objetivo a ser alcançado com as disciplinas que são oferecidas. Em nossa análise documental, foi evidenciado que a única disciplina que faz menção aos temas empreendedorismo ou inovação é a “Gestão de inovação e tecnologia”, mas em sua ementa, não traz assuntos que envolvam uma abordagem prática do que seria inovação e como implementá-la em nosso cotidiano. Entretanto, como evidenciado no estudo de Henrique e Cunha (2008), vem ocorrendo um movimento por parte das instituições ensino superior para implementar disciplinas que abordem o empreendedorismo e inovação em seus currículos com o objetivo de preparar o corpo discente para os desafios político-econômicos do mundo contemporâneo.

Nesse sentido, conforme evidenciado em nossa pesquisa mediante o questionário respondido por parte dos alunos da Universidade Federal do Rio de Janeiro do Campus da Praia Vermelha, existe uma certa resistência por parte da coordenação do curso em relação a sugestões disciplinas a serem adicionadas a grade curricular, tanto relacionado a grade obrigatória quanto a grade eletiva. Em seu estudo, Barreto (2020) constatou uma atividade de extensão que trouxesse temas relacionados a educação empreendedora e inovação e dentre as opções oferecidas pela UFRJ, foi citada uma incubadora de cooperativas de catadores de lixo, projeto o qual era coordenado por um docente, porém, não identificamos o projeto na grade atual.

Entretanto, foram citadas duas atividades de extensão que surgiram a partir de projetos do corpo discente e posteriormente aderidas como opções de atividades de extensão. Conforme o ponto supracitado, a primeira atividade trata-se da “Ayra Consultoria” que consiste em uma empresa júnior que permite o aluno vivenciar a experiência de trabalhar em uma corporação e participar da parte gerencial e operacional da empresa, trazendo o conhecimento necessário para iniciar o seu próprio empreendimento. Essa experiência reforça o pensamento de Lopes (2017) que defende a necessidade de os alunos serem expostos a situações reais e estabeleçam um *networking* com outros empreendedores mais experientes.

Uma sugestão seria um incentivo por parte da Universidade para que o corpo discente participe dessas empresas juniores e vivenciem esses tipos de experiência empreendedora e tenham contato com a consultoria contábil antes de adentrar ao mercado de trabalho, pois de acordo com o estudo feito por Saes e Pita (2007), muitos jovens ao sair da universidade, devido à falta de oportunidades de emprego, uma realidade que se agravou nos dias atuais por conta da pandemia, optam por abrir suas próprias empresas e muitos acabam fracassando pela ausência de suporte por parte da faculdade. Esse incentivo deve ocorrer no início do curso, para que os alunos possam identificar a área que mais se identificam e busquem estudar, no que se refere as disciplinas eletivas e atividades de extensão, conteúdos que envolvam os assuntos escolhidos.

Como último ponto, seria indispensável a promoção de parcerias entre outros cursos que envolvam a área de finanças e negócios. Uma interdisciplinaridade dentro da universidade, além de promover uma constante troca de informações e conhecimento, permitiria solucionar o problema citado por um de nossos entrevistados no que se refere a falta de incentivo por parte da universidade no desenvolvimento de novos projetos que envolvam conhecimentos trazidos pelo próprio corpo discente e não façam parte do escopo da disciplina, visto que dentro de outros cursos, podem haver professores que tenham conhecimento a respeito de determinado assunto e consiga desenvolver o projeto junto ao aluno.

Para futuras pesquisas, sugere-se expandir essa pesquisa a alunos de outras universidades a respeito das grades curriculares das instituições a qual eles fazem parte e entender a visão deles a respeito da necessidade de conteúdos abordando empreendedorismo e inovação nas grades curriculares universitárias. Da mesma forma, se mostraria interessante aplicar questionários e entrevistas ao corpo docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro e trazer a visão deles a respeito da grade curricular que os mesmos aplicam e quais mudanças eles julgam pertinentes a serem feitas para trazer um ensino de excelência e atualizado para os futuros universitários e contadores.

Referências

- ALVARENGA, J. E. de. **Parcerias Público-Privadas: breves comentários.** REDAE –Revista de Direito Administrativo Econômico. Salvador-BA. N. 2, mai-jul. 2005.
- ANDRADE, R. F.; TORKOMIAN, A. L. V. **Fatores de influência na estruturação de programas de educação empreendedora em Instituições de Ensino Superior.** ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS - EGEPE, 2, 2001, Londrina. Anais... Paraná: 2001.
- ATHAYDE, Marcia; MARTINS, Gilberto de Andrade. **O legado de McClelland e a educação empreendedora em contabilidade.** In: IV Congresso Anpcont, 2010, Natal - RN. Natal, junho, 2010.
- BERTI, Anélio. **Diagnóstico empresarial: teoria e prática.** São Paulo: Ícone, 2001.
- BONI, V., QUARESMA, S. J. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais.** 2005. Em Tese, 2(1), 68-80.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 15 nov. 2021
- BRUYNE, P. de; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais.** 5.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.
- CNE/CES, 2004. **Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004.** MEC, Brasília.
- DAVINI, M.C. **Currículo integrado,** 2008.
- ENTREED. **National Content Standards for Entrepreneurship Education.** 2020. Disponível em: <<https://www.entre-ed.org/national-eship-standards>> Acesso em: 14 agosto. 2021.
- ETZKOWITZ, H.; ZHOU, C.. **Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo.** Tradução de Carlos Malferrari. Estudos avançados, v. 31, n. 90, p. 23-48, 2017.
- ETZKOWITZ, Henry. **Silicon Valley: The Sustainability of an Innovative Region.** 2013. Social Science Information, 52 (4): 515-538. 2013. doi:10.1177/0539018413501946
- ETZKOWITZ, Henry. **The triple helix: university-industry-government innovation.** Routledge, 2008. ISBN 0-203-92960-8

GARTNER, W. B. (1985). **A conceptual framework for describing the phenomenon of new venture creation**. *The Academy of Management Review*, 10(4), 696-706. doi: 10.5465/AMR.1985.4279094

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR - GEM. **Empreendedorismo no Brasil 2004: Sumário Executivo**. Curitiba: SEBRAE, 2007.

GOODLAD, J. I. (1981). **Curriculum Development beyond 1980. Educational Evaluation and Policy Analysis**, 3(5), 49–54. <https://doi.org/10.2307/1164023>

GURRIA, A. **OCDE apresenta relatórios sobre era digital e telecomunicações no país**. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-10/governo-apresenta-relatorio-sobre-era-digital-e-telecomunicacoes>

HENRIQUE, D.C.; CUNHA, S.K. da. **Práticas didático-pedagógicas no ensino de empreendedorismo em cursos de graduação e pós-graduação nacionais e internacionais**. *RAM, Rev. Adm. Mackenzie*, São Paulo, vol. 9, n. 5, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712008000500006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 16 out. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-69712008000500006>.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desemprego|IBGE** <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> Acesso em: 27 de setembro de 2021

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Conceito de CPC**. 2019. Disponível em: <<http://inep.gov.br/conceito-preliminar-de-curso-cpc->> Acesso em: 17 jul. 2019.

ISAR, International Standards of Accounting and Reporting. Disponível em: <<https://isar.unctad.org/about/>> Acesso em: 03 Jul. 2021.

JACOMOSSI, F. A., & BIAVATTI, V. T. **Normas internacionais de educação contábil propostas pelo International Accounting Education Standards Board**. 2017. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 5(3), 57-78.

KIM, B.-Y., & KANG, Y. (2014). **Social capital and entrepreneurial activity: A pseudo-panel approach**. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 97, 47-60. doi:<https://doi.org/10.1016/j.jebo.2013.10.003>

KLIEBARD, Herbert M. **Os princípios de Tyler**. *Currículo sem Fronteiras*, v.11, n.2, pp.23-35, Jul/Dez 2011.

LIMA, Marcos Antônio M. **Auto-avaliação e desenvolvimento institucional na educação superior: projeto aplicado em cursos de administração**. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

Lista de cursos - SIGA UFRJ. <https://siga.ufrj.br/sira/repositorio-curriculo/ListaCursos.html>

LLORENS, F. A. **Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política**. Tradução de Antonio Rubens Pompeu Braga. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2001.

LOPES, R. M. A. (org.). **Educação Empreendedora: conceitos, modelos e práticas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: Sebrae, 2010. 230 p. ISBN 978-85-352-3920-1.

LOPES, R. M. A. (org.). **Ensino do Empreendedorismo no Brasil: panorama, tendências e melhores práticas**. 1. ed. Rio de Janeiro.: Editora Alta Books, 2017. 352 p. ISBN 978-85-508-0641-9.

MANZINI, E. J. **Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros**. **Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos**, 2, 10. 2004.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 502p.

MARSH, C.; WILLIS, G. 1995. **Curriculum: Alternative approaches, ongoing issues**. Prentice-Hall, ISBN: 0-02-428113-1

MARTINS, P. L., Martins, C. M. F., NETA, M. D. C. S., AGOSTINI, C., & BORGES, R. O. **O profissional Contábil na era da informação**. Anais do 9º Simpósio de excelência em Gestão e Tecnologia da UFSJ.2012, Minas Gerais.

MATIAS, M. A.; MARTINS, G.A. **Educação empreendedora em contabilidade**. *Revista Brasileira de Contabilidade*, (193), 40-53. 2012.

MATIAS, M.A., COLARES, A.C.V., ROCHA, P.M.; JUNIOR, L.E.D.C. **O ensino de empreendedorismo nos cursos de graduação em ciências contábeis**. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 12(35), pp.63-78. 2013.

MOURA, M. M. S. G.; LIMA FILHO, R. N. **A percepção dos alunos do curso de Ciências Contábeis quanto a sua formação acadêmica em relação ao mercado de trabalho**. *Brazilian Journal of Development*, v. 5, n. 1, p. 386-415, 2019.

NASSIF, V. M. J.; GHOBRI, A. N.; AMARAL, D. J. do; **Empreendedorismo por Necessidade: O Desemprego como Impulsionador da Criação de Novos Negócios no Brasil**. *Pensamento & Realidade*. v. 24, 2009. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/7075>>. Último acesso 19 de set. de 2020.

NASSIF, V.; CORRÊA, V.; ROSSETTO, D. **Estão os empreendedores e as pequenas empresas preparadas para as adversidades contextuais? Uma reflexão à luz da pandemia do COVID-19**, 2020.

NECK, H.M., GREENE, P. G. & , BRUSH, C. G. **Teaching entrepreneurship: A practice based approach.** Northampton, MA: Edward Elgar Publishing Co., 2014

PASIN, J. A. B.; BORGES, L. F. X. **A nova definição de parceria público-privada e sua aplicabilidade na gestão de infraestrutura pública.** Revista do BNDES. Rio de Janeiro, v. 10, N. 20, P. 173-196, dez. 2003.

PAULA, A. et al. **Modelo de pesquisa aplicada baseada no conceito da hélice tríplice para o aumento da competitividade dos rancultores.** Augustus: Rio de Janeiro, Vol. 13, N. 25, Fev.2008.

PEREIRA, R. S; FRANCO, I.; ALMEIDA, L.; SANTOS, I. **O ensino de "inovação" na Administração, Ciências contábeis, Turismo e Tecnologia em gestão: um estudo exploratório em Instituições de Ensino Superior brasileiras.** RAI Revista de Administração e Inovação, v. 9, n. 4, p. 221-244, 2012.

REIS, A. **Educação financeira: uma estratégia para o desenvolvimento do empreendedorismo,** 2020.

REIS, A. O.; SEDIYAMA, G. A. S.; MOREIRA, V. S.; MOREIRA, C. C. **Perfil do profissional contábil: Habilidades, competências e imagem simbólica.** Revista Contemporânea de Contabilidade, v. 12, n. 25, p. 95-116, 2015.

REZENDE, T.; CARVALHO, M.; BUFONI, **A Sociedade, Contabilidade e Gestão,** Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, set/dez 2017.

SAES, Danilo Xavier; PITA, Fábio Henrique Soares. **Empreendedorismo no Ensino Superior: Uma Abordagem Teórica.** Maringá Management: Revista de Ciências Empresariais, Maringá, v. 4, n. 2, p. 33-41, jul./dez. 2007.

SCHUMPETER, J. A. **Business Cycles: A Theoretical, Historical and Statistical Analysis of the Capitalist Process.** New York: McGraw-Hill Book Company, 1939. 461 p.

SCHUMPETER, J. A. **CAPITALISM, SOCIALISM AND DEMOCRACY.** New York: McGraw-Hill Book Company, 1943. 437 p. ISBN ISBN 0-203-26611-0.

SCHUMPETER, J. A. **The theory of economic development.** Cambridge, Harvard University.1957.

SEGANTINI, G.T., MELO, C.L.L. de, LUCENA, E.R.F.C.V., SILVA, J.D.G. da, 2013. **Uma Análise Crítica Entre os Currículos dos Cursos de Ciências Contábeis nos Países do Mercosul e o Proposto Pela ONU/UNCTAD/ISAR.** Rev. Evidenciação Contábil Finanças 1, 85–98.

SIMMEL, G. 1950. **The sociology of Georg Simmel** (K. H. Wolff, Trans.). Glencoe, IL: Free Press.

SOUZA, Z.A.D.S.; MIRANDA, G.J.M. **Estabilidade da motivação em alunos de ciências contábeis**. 2º Congresso de Contabilidade, gestão e Agronegócio, 2017.

TERRA, B.; OHAYON, P. **Contabilidade da Inovação**. Rio de Janeiro: Edição dos Autores, 2019. 348 p. ISBN 978-65-900563-0-6

TYLER, Ralph W. **Princípios básicos do currículo e ensino**. 3ª Ed. Tradução de Leonel Vallandro. Porto alegre: globo, 1976.

VANDENBERGHE, V. **Economics of education. The need to go beyond human capital theory and production-function analysis**. Educational Studies, v. 25, n. 2, p. 129–143, 1998.

VASCONCELOS, E. A. S. de, & TARGINO, I. (2015, janeiro/junho). **Informalidade no mercado de trabalho brasileiro (1993-2013)**. Revista da Abet, 14(1), 141-161. Recuperado de <https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/25705/13881>